



HISTÓRIA DA ÁFRICA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1- COLONIALISMO E IMPERIALISMO	25
2- A PARTILHA DO CONTINENTE AFRICANO NO FINAL DO SÉCULO XIX: A PRESENÇA DOS EUROPEUS NA E PERANTE A ÁFRICA	46
REFERÊNCIAS	

INTRODUÇÃO

A História da África é conhecida no Ocidente por escritos que datam da Antiguidade Clássica. O homem passou a estar presente na África durante os primeiros anos da era quaternária ou os últimos anos da era terciária. A maioria dos restos de homínídeos fósseis que os arqueólogos encontraram, australopitecos, atlantropos, homens de Neandertal e de Cro-Magnon, em lugares diferenciados da África é a demonstração de que essa parte do mundo é importante no processo evolutivo da espécie humana e indica, até, a possível busca das origens do homem nesse continente. As semelhanças comparáveis da história da arte que vai entre o paleolítico e o neolítico são iguais às das demais áreas dos continentes europeu e asiático, com diferenças focadas em que regiões estão desenvolvidas. A maioria das zonas do interior do continente, meio postas em isolamento, em contraposição ao litoral, ficaram permanentes em estágios do período paleolítico, apesar da neolitização ter sido processada no início em 10 000 a.C., com uma diversidade de graus acelerados.[1]

O Norte da África é a região mais antiga do mundo. A civilização egípcia floresceu e inter-relacionou-se com as demais áreas culturais do mundo mediterrâneo, motivos pelos quais essa região foi estreitamente vinculada, há milhares de séculos, depois que a civilização ocidental foi geralmente desenvolvida. As colônias pertencentes à Fenícia, Cartago, a romanização, os vândalos aí fixados e o Império Bizantino influente são os fatores pelos quais foi deixada no litoral mediterrâneo da África uma essência da cultura que posteriormente os árabes assimilaram e modificaram. Na civilização árabe foi encontrado um campo de importância em que foi expandido e consolidada a cultura muçulmana no Norte da África. O islamismo foi estendido pelo Sudão, pelo Saara e pelo litoral leste.[2] Nessa região, o islamismo é a religião pela qual foram sendo seguidas as rotas de comércio do interior da África (escravos,[3] ouro, penas de avestruz) e estabelecidos encaves marítimos (especiarias, seda) no Oceano Índico.[4] Simultaneamente, na África negra foram conhecidos vários impérios e estados que aí floresceram. Estes impérios e estados nasceram de grandes clãs e tribos submetidos a um só soberano poderoso com

características próprias do feudalismo e da guerra. Entre esses impérios de maior importância figuram o de Axum, na Etiópia, que teve sua chegada ao apogeu no século XIII; o de Gana, que desenvolveu-se do século V ao XI e os estados muçulmanos que o sucederam foram o de Mali (do século XIII ao XV) e o de Songai (do século XV ao XVI); o Reino de Abomei do Benim (século XVII);[5] e a confederação zulu do sudeste africano (século XIX).[6][7]

Durante o século XV os exploradores vindos da Europa chegaram primeiramente no litoral da África Ocidental. O estímulo dado a essa exploração foi uma forma de buscar novos caminhos para as Índias, após o comércio ser fechado por parte dos turcos no leste do Mar Mediterrâneo. Os colonizadores de Portugal, da Espanha, da França, da Inglaterra e dos Países Baixos foram os competidores do novo caminho a fim de ser dominado por meio de feitorias no litoral e portos de embarque para comercializar os escravos. Concomitantemente, foram realizadas as primeiras viagens científicas que adentraram o interior do continente: Charles-Jacques Poncet na Abissínia, em 1700; James Bruce em 1770, procurando o local onde nasce o Nilo; Friedrich Konrad Hornemann viajando no deserto da Líbia sobre a garupa de um camelo, em 1798; Henry Morton Stanley e David Livingstone na bacia do Congo, em 1879.[8][9][10] A partir do século XIX, as potências europeias interessadas política e economicamente representavam estímulo para que o interior da África seja penetrado e colonizado. As potências europeias desejavam a criação de impérios que fossem estendidos de litoral a litoral, mas isso fez com que o Reino Unido (pelo qual foi conseguida a ocupação de uma faixa de norte a sul, do Egito à África do Sul, além de demais zonas colonizadas no golfo da Guiné), a França (que estabeleceu-se no noroeste da África, em parte do equador africano e em Madagascar) e, em quantidade pequena, Portugal (Angola, Moçambique, Guiné e uma diversidade de ilhas estratégicas), Alemanha (Togo, Tanganica e Camarões), Bélgica (Congo Belga), Itália (Líbia, Etiópia e Somália) e Espanha (parte do Marrocos, Saara Ocidental e enclaves na Guiné) brigassem entre si. A partilha da África foi formalmente consumada na Conferência de Berlim de 1884-1885, na qual firmou-se o princípio da ocupação efetiva como forma de legitimar as colônias empessadas.[11][12]

Devido ao regime colonialista estabelecido no continente, foram destruídas e modificadas as estruturas sociais, econômicas, políticas e religiosas da maioria do território da África negra. As colônias que proclamaram sua independência, processo emancipatório que iniciou-se após a Segunda Guerra Mundial e concluiu-se principalmente de 1960 até 1975, estiveram sob ameaça da gravidade de problemas de integração nacional, que resultaram das fronteiras arbitrárias como legado do sistema colonialista, além da pobreza (o rápido crescimento da população africana é mais elevado do que o número de alimentos produzidos). Como dependem econômica e politicamente das antigas metrópoles, a ineficiência da administração, as tribos e as ideologias conflitantes entre si, todos esses fatores agravantes fizeram com que a população das cidades crescesse. Estas são as principais barreiras que impedem que os novos países desenvolvam-se. Os governos desses países, majoritariamente com características de forças armadas ou de presidencialismo, têm tendência à adoção de políticas de socialização que garantem a libertação dos países das potências estrangeiras. A cooperação coletiva para a solução desses problemas deu origem a uma diversidade de organizações supranacionais que baseiam-se na ideia do pan-africanismo, ou a totalidade dos povos africanos unidos no entorno dos interesses comuns; a de maior importância é a Organização da Unidade Africana (OUA).

A discussão deste artigo em linhas gerais é uma referência à história da África. Para uma história específica dos países em que é dividido o continente, veja os verbetes sobre cada um deles ou também os verbetes secundários sobre a história de cada nação. Sobre o papel que a África exerce na atualidade, veja os verbetes Movimento Não Alinhado, Segunda Guerra Mundial e História do mundo.

Paleontologia

A partir dos primeiros tempos da história,[15] a África é o berço da humanidade. A crença dos cientistas é de que a possibilidade evolutiva do homem vem desde um dentre a diversidade tipológica de macacos humanóides que têm vagado pelos prados orientais e centrais da África, há mais de 2 500 000 anos. A descoberta dos arqueólogos é a primeira prova evidente de uma cultura da Antiga Idade da Pedra que residia na diversidade de sítios arqueológicos na Grande Fossa Africana

da parte oriental da África.[16] A crença dos arqueólogos é a distribuição desta forma pré-histórica cultural da Idade da Pedra pela quase totalidade da África e para os demais continentes. O início da utilização do fogo pelos seres humanos ocorreu na África há mais de 50 mil, ou 60 mil anos. Há mais ou menos 35 mil a 40 mil anos teve início o aparecimento do primeiro Homo sapiens sapiens (o homem moderno) na África. Durante a Média Idade da Pedra, os homens-macaco estavam ameaçados de serem extintos e somente restou o Homo sapiens sapiens na África.[1]



Crânio de Proconsul heseloni.



Crânio encontrado em 1921.



"Lucy" ou Lilia no Museu Nacional de Antropologia da Cidade do México.

Surgimento da Agricultura



Essa é uma ferramenta de pedra do modo 1, ou Oldowan, do Saara ocidental. No Sistema de três idades, ele pertence ao Paleolítico Inferior. No Sistema de três estágios ele pertence à Idade da Pedra Inicial. Como o local de origem é o norte da África, o arqueólogo poderia escolher, mas nesse caso, o argumento é inteiramente semântico, baseado apenas em uma distinção verbal. Na África, o Paleolítico Inferior é a Idade da Pedra Inicial e eles são idênticos

Teve início a introdução da atividade agrícola e do trabalho de domesticar animais na África por volta de 5 000 a.C., quando vieram do Oriente Médio. Os primeiros agricultores do Saara passaram a conhecer estas atividades na totalidade da Norte da África e do Saara, que não era ainda considerado uma extensa área desértica. Os primeiros agricultores do Saara, propriamente ditos, eram parecidos com os negros do que é hoje a África Ocidental. Entretanto, a atividade agrícola só foi atingida pela floresta tropical por volta do tempo de Jesus Cristo. Os povos da parte meridional do Saara não tinham conhecimento dos povos agricultores da parte setentrional, e não tinham os instrumentos que necessitavam para cultivar na densidade da floresta da África Central. Além disso, os produtos que os agricultores cultivavam na parte setentrional provavelmente não se adequavam aos tipos climáticos com mais umidades da parte meridional. Também há possibilidade de que a riqueza dos solos da África Central já fosse propícia à produção de alimento suficiente, com o extrativismo animal e o extrativismo vegetal.[4]

Em 2 500 a.C., o clima africano foi atingindo pela seca e teve início a transformação do Saara numa extensa área desértica. Os agricultores negros do Saara tiveram a necessidade de deslocamento para os prados meridionais. Em 2 000 a.C., teve início por esses agricultores o cultivo de alimentos a serem produzidos, como

o arroz e alguns tipos de inhame cujos solos tanto dos prados como das florestas eram propícios a esses tipos de cultivos. Pelos agricultores das montanhas da Etiópia, na parte oriental da África, teve início o desenvolvimento de novas culturas razoavelmente na mesma época. Os povos da parte meridional, atual centro do Quênia, praticavam o trabalho de rebanhar o gado domesticado, ou seja, a pecuária.[4]

A Idade do Bronze e a Idade do Ferro

Nos últimos dois mil anos anteriores à época em que nasceu Jesus Cristo, teve início o desenvolvimento das cidades e da atividade comercial por mar no Norte da África. Coisas inventadas pelo homem como o bronze e a escrita tiveram penetração no Norte da África, quando vieram do Oriente Médio. A parte meridional do Saara não foi atingida por essas invenções, e por esse motivo, naquela região da África não existia ainda Idade do Bronze. Mas, a entrada da região na parte meridional do Saara ocorreu na Idade do Ferro pouco após a descoberta do trabalho de ser utilizado o ferro no Oriente Médio. A introdução do trabalho de utilizar o ferro ocorreu desde o Egito para o sul, dirigindo-se ao Reino de Cuxe, onde é hoje o Sudão, por volta de 600 a.C. No tempo em que viveu Cristo, ocorreu a entrada da Etiópia e da região de savanas da África Ocidental na Idade do Ferro.[4]

Migrações para o Sul

Os negros que falavam as línguas bantos, cujas atividades econômicas eram a agricultura, e que sabiam usar o ferro, ficaram conhecidos por realizarem uma das maiores correntes migratórias do mundo, ao longo de três milênios, tendo espalhado línguas bantu (línguas nigero-congolesas) em praticamente toda a África subsaariana.[17][18][19][20][21][22][23][24]

Fizeram o deslocamento desde a área do que é hoje a República dos Camarões, indo para dentro das florestas com povoamento escasso da África Central, e ali foram responsáveis pela introdução da atividade agrícola e do trabalho de instrumentos de ferro. Depois que passaram cerca de mil anos, eles atingiram a parte meridional, realizando a ocupação da quase totalidade do cone sul da África. Quando caminharam para a parte meridional, povos caçadores foram encontrados

pelos povos bantos, como os pigmeus, os bosquímanos e os hotentotes. Os bantos se casavam com os caçadores, ou então os caçadores foram forçados a fazer a entrada pela floresta ou pelo deserto do Calaari. Por certos povos, como os hotentotes, foi adotado o modus vivendi banto e os hotentotes, propriamente ditos, foram convertidos em agricultores. Entretanto, à medida da aproximação dos povos bantos em direção ao sul, iam ficando isolados do desenvolvimento das coisas inventadas pelo homem no Norte da África e no Oriente Médio. Desde então, sempre se progrediram através das próprias coisas que inventaram. Enquanto do deslocamento dos povos bantos em direção ao sul, outros tiveram movimentação das savanas para as florestas do litoral da África Ocidental.[4]

Continuou a circulação das ideias nas rotas comerciais rastreadas, através do Saara e no talveque do rio Nilo, do norte da África até a região logo na parte meridional do Saara. Além disso, a navegação feita pelos comerciantes no mar Vermelho e do o golfo Pérsico até a região onde é hoje o Moçambique tem levado para os povos do litoral oriental da África as notícias contando que o Norte da África estava se progredindo. As rotas comerciais fizeram com que os povos logo na parte meridional do Saara se contatassem com o Império Romano. A totalidade do Norte da África foi dominada pelo Império Romano após 30 a.C.[4]

Axum e Núbia



Mapa das civilizações africanas antes da colonização europeia

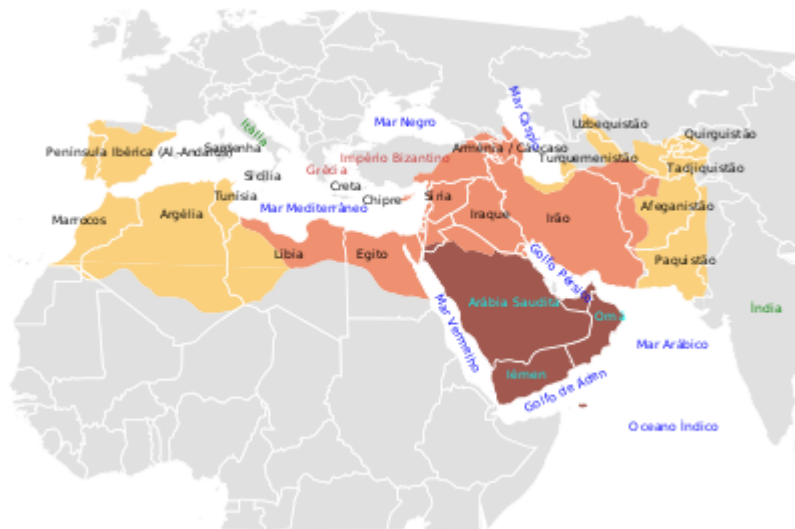
O Império de Axum e a Núbia foram ambas as regiões logo na parte meridional do Saara onde o Império Romano influenciou mais, durante os primeiros séculos depois que nasceu Jesus Cristo. O Reino de Axum era situado na região atualmente

correspondente à parte norte-oriental da Etiópia. O Reino de Axum tornou-se rico através do fato de que os romanos e as Índias comerciavam, ou seja, realizaram trocas comerciais. O povo foi convertido para o cristianismo quando se iniciou o século IV. Muitos de seus descendentes tiveram a continuação de serem convertidos ao cristianismo.[4]

Muitos pequenos reinos núbios que ficavam no vale do rio Nilo, no atual Sudão, entravam em negócios com o Egito quando o país mais antigo do mundo pertencia ao Império Romano. Os núbios que comerciavam e influenciavam foram além do vale do Nilo, tendo extensão para o ocidente, até chegar ao lago Chade. Foram convertidos pelos missionários egípcios que os núbios se tornassem cristãos no século VI.[4]

Durante o século V, o Norte da África foi invadido pelos vândalos, um povo germânico, dando contribuição para que fosse exterminado o cristianismo romano que influenciou a África. O reino vândalo declinou-se no século VI, e o Norte da África passou a pertencer ao Império Bizantino.[4]

O Surgimento do Islão



A expansão do Islão

Nos últimos anos do século VII ocorreu a união de um grupo de árabes em volta de um movimento religioso que Maomé fundou. Maomé chamou a religião de islão e seus seguidores passaram a se conhecerem pelo nome de muçulmanos. Foi

convertida ao islão a maior parte da população do Egito e das terras hoje pertencentes ao Iraque, à Palestina, ao Irão e à Síria. As conquistas do islão foram estendidas no decorrer do tempo ao litoral norte da África, onde hoje existem a Líbia, a Tunísia, a Argélia e Marrocos, e os muçulmanos até conquistaram a Península Ibérica.

O islão passou a influenciar também parte da África ao sul do Saara. Foram convertidos pelos comerciantes muçulmanos que os povos das cidades portuárias da parte oriental da África, nos atuais países da Somália, do Quênia, da Tanzânia e do norte de Moçambique, onde a língua de comunicação era e é o suaíli, que passou a ser escrita em letra árabe..[6] Registou-se também uma forte penetração do Islão na África Oriental, nas áreas que hoje correspondem ao Mali, ao Senegal, a Burkina Faso e o norte da Costa do Marfim, do Gana e da Nigéria.

Impérios da África Ocidental

O florescimento dos impérios da África Ocidental ocorreu no ano 1000. A opinião de alguns historiadores é de que eles têm se organizado pouco após o tempo em que viveu Jesus Cristo. A opinião de outros autores é de que eles são da mais alta antiguidade. Um dos impérios, que se chamava Canem, estava localizado nas imediações do lago Chade. Outro, que se chamava Império do Gana, era situado na extremidade ocidental, onde está localizado o Mali e a parte meridional da Mauritânia. Tacrur estava localizado nos atuais países do Senegal e a Mauritânia.[6]

A aparência política de Gana era a de um Estado que mais se fortaleceu dentre os impérios durante vários períodos de cem anos, mas seu poder entrou em declínio no século XI. No século XIII, um império que se chamava Mali, que se localizava nos atuais países de Guiné e de Mali, substituiu Gana como o império que mais se fortaleceu na África Ocidental. Nos últimos anos do século XV e primeiros anos do século XVI, o Império Songai fez a substituição do Império do Mali como o império que mais se fortaleceu.[7]

A atividade comercial no Saara era uma das coisas mais importantes que esses impérios se interessavam. Em direção para a parte setentrional ia o ouro e

demais coisas produzidas na África ocidental, que os negociantes trocavam pelo sal e demais coisas produzidas no Norte da África e na Europa, mais precisamente nas cidades às margens do Saara. Para que tivessem força, os impérios da África Ocidental eram obrigados a se responsabilizarem pelo controle dessas cidades. Eles se tornavam mais fortes quando têm conquistado o controle das rotas comerciais da extensa área desértica e fronteiras do Norte da África. Entretanto, quando foram reduzidos à maior fraqueza, os responsáveis pela pilhagem dos impérios da África Ocidental foram os nômades que caçavam os ricos valores econômicos da África Ocidental.[7]

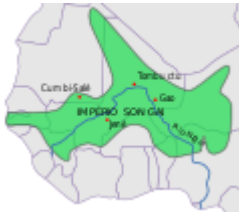
Foi levado pelos mercadores muçulmanos o islamismo à África ocidental, durante longas viagens pelas rotas comerciais do Saara. Os conquistadores no Oriente Médio tiveram o islamismo como religião, mas os comerciantes na África ocidental também tiveram essa religião. A importância exercida pelo islamismo na África ocidental foi a de influir espiritualmente a população, e foram trazidas pela religião as coisas novas que se conheciam do mundo de fora e foi responsável pela introdução do ato de ler e escrever. O árabe tem se tornado uma língua internacionalmente difundida na época.[7]



Gana na sua maior extensão.



Império do Mali na sua maior extensão.



Império Songai, cerca de 1500.

Sul das florestas centrais

Na parte meridional das florestas centrais, foram formados, de 1000 até 1500, reinos que foram responsáveis pelo controle de áreas que assemelhavam às da maioria dos países da Europa. O Reino do Congo, que se localizava na foz do rio Congo e em Angola,[25] era um dos grandes reinos. Era existente ainda o Reino Luba, que se situava onde é hoje a parte meridional da República Democrática do Congo, e um grupo de Estados que ficavam ao redor dos grandes lagos dos países que são hoje Burundi, Ruanda, Tanzânia e Uganda. O Reino do Caranga, que se chamava às vezes de Império de Muamutapa, estava localizado onde é hoje o Zimbábue. Sua capital era a Grande Zimbábue.[7]

Era vendido pelo Reino do Caranga o ouro para os comerciantes que viviam no litoral oriental, e era o único reino da parte meridional que se contatava com o mundo exterior. Foram isolados pelas regiões de clima parcialmente seco e de pouco povoamento os outros reinos meridionais do fato de contatar com os grandes centros onde se desenvolvia a África. Assim, estes reinos foram desenvolvidos sem precisar saber escrever e de outras coisas inventadas que tiveram importância nas demais partes da África.[7]

Colonização portuguesa



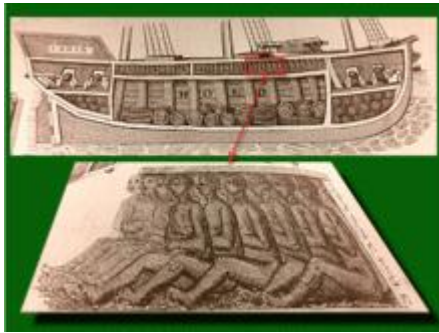
Uma carta náutica de Fernão Vaz Dourado, da África ocidental extraída do atlas náutico de 1571, pertencente ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa

Em oposição ao oceano Índico, onde ocorre a mudança do vento de acordo com as estações, o oceano Atlântico, no decorrer do litoral da África Ocidental, existe a força dos ventos e as correntes que percorrem a descida desde a parte meridional durante o ano inteiro. Até a metade do século XV, os navios europeus não tinham a possibilidade de descida do litoral da África Ocidental e de retorno à Europa. Somente após a construção feita pelos portugueses de navios que tinham capacidade de navegação com retorno pelo litoral da África Ocidental, na metade do século XV, é que eles tiveram a possibilidade de qualquer ponto da África. De 1497 até 1498, foi comandada por Vasco da Gama uma expedição portuguesa que percorreu o contorno do cabo da Boa Esperança com destino às Índias.[7]

Inicialmente, os portugueses tiveram interesse principal em comerciar o ouro de Gâmbia, da Costa do Ouro (atual Gana), e do Império Caranga.[26] Também a tentativa feita pelos portugueses era a conversão ao cristianismo dos governantes dos reinos do Congo, Benim, no sul da Nigéria, e Uolofe, no Senegal. Logo foi descoberto pelos portugueses que a África tropical era muito perigosa para aqueles que chegaram recentemente. Frequentemente, mais de 50% dos grupos de colonizadores vindos da Europa que chegaram recentemente à África perderam a vida dentro de um ano ou dois, por apresentarem sintomas de doenças tropicais como a malária e a febre amarela. Nestas situações condicionais, somente que um negócio comercial que lucrava em grande quantidade teria a possibilidade de atração dos mercadores europeus. Os escravos e o ouro têm se tornado o único negócio comercial que lucrava com suficiência para os mercadores europeus serem atraídos para África.[7][27]

O Tráfico de Escravos

Mais informações: Escravidão em África e Tráfico árabe de escravos



Esquema mostrando como eram transportados escravos em um navio negreiro.

Na metade do século XV, teve início a compra e a venda feita pelos portugueses de alguns escravos na Europa. Entretanto, o tráfico de escravos ganhou real importância depois que Cristóvão Colombo descobriu a América. A morte dos habitantes dos povos indígenas da América tropical ocorreu por serem vítimas pelas doenças europeias, e a opinião dos europeus era de que eles próprios não tiveram salvação das doenças tropicais da região do Caribe. Assim, foram trazidos pelos europeus africanos que tinham imunidade parcial à malária e à febre amarela para servirem como trabalhadores braçais na América. Os europeus tinham o direito de compra de escravos no litoral da África porque seus prisioneiros de guerra foram escravizados pelos africanos - como pelos muçulmanos e pelos cristãos do litoral que viviam no Mar Mediterrâneo, na época.[28][29]

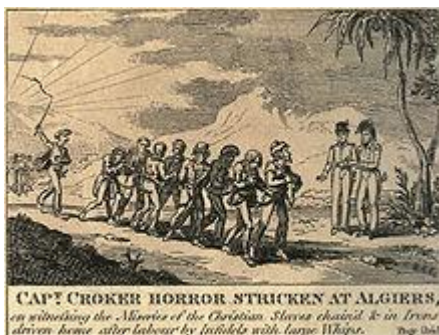


Ilustração de 1815 representando um capitão britânico horrorizado ao ver cristãos escravizados em Argel (ver: Escravidão branca).

Teve crescimento o tráfico de escravos africanos à medida em que o estabelecimento feito pelos portugueses e pelos espanhóis foi a importância de se plantar cana-de-açúcar no Brasil (ver: Tráfico de escravos para o Brasil) e na região do Caribe, durante o século XVI.[30] Na metade do século XVII, os colonizadores

vindos do Reino Unido, dos Países Baixos e da França têm entrado no tráfico de escravos. De 1450 até 1865, com o comércio atlântico de escravos, foram trazidos pelos europeus dez milhões de escravos para as Américas, que se originaram da parte do litoral da África Ocidental entre o Senegal e Angola.[7][31][32]

Foi estimulado pelo tráfico de escravos que os governantes africanos realizassem a venda de prisioneiros a fim de trocar roupas, armas de fogo e ferro da Europa. Ao invés do aprendizado da fabricação desses produtos, foi considerada pelos africanos uma facilidade muito grande na obtenção de vender escravos. Dessa forma, que se deve, em parte, ao negócio de traficar escravos, a África ficou atrasada em se desenvolver industrialmente em relação à Europa.[7][33][34]

Razoavelmente, de 1780 e 1880, foi iniciado pelos árabes e pelos africanos um negócio de traficar escravos no litoral da África Oriental. Os escravos da África Oriental entraram em embarcações marítimas com destino para Zanzibar ou para os países localizados no mar Vermelho e no golfo Pérsico.[35][36]

Influência europeia



Pintura da chegada de Jan van Riebeeck na Baía da Mesa (por Charles Bell)

Nos anos de 1580, foram controladas pelos turcos otomanos muitas partes do Norte da África, entre o Egito e onde é hoje a Argélia. Entretanto, de 1580 até 1800, o fato de os otomanos controlarem o Norte da África entrou em declínio, e o comércio e a força militar dos adeptos europeus do cristianismo teve crescimento no Norte da África. Foi estabelecido pelos holandeses um entreposto de comércio localizado na Cidade do Cabo, na parte meridional da África, em 1652. Houve crescimento da

população branca no lugar, e seus descendentes passaram a se conhecer pelo adjetivo de africânderes.[37][38]

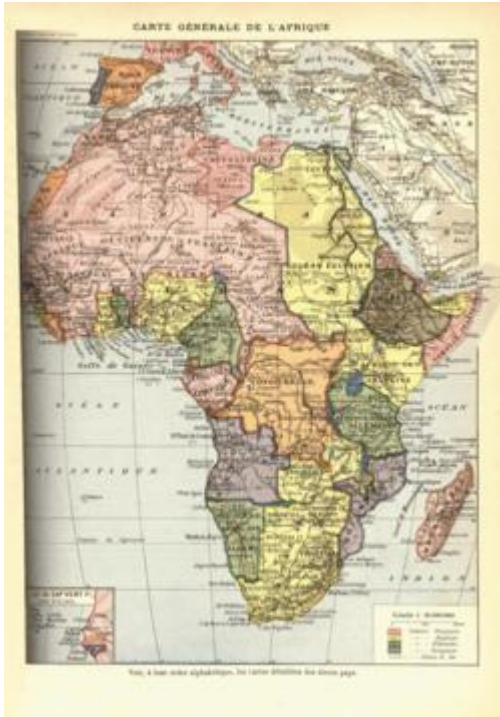
Exceto o tráfico de escravos, tudo aquilo que a Europa influenciou não teve muita grandeza na África tropical até após 1800. O tráfico de escravos entrou em declínio nos primeiros anos do século XIX, e teve início na Europa a necessidade de alimentos produzidos na África como o amendoim e o azeite de dendê, para serem industrializados. Os agricultores da África Ocidental tiveram o início da grande dependência de comercialização desses produtos aos europeus do que a sua dependência anterior com o comércio de escravos.[39][40]

Após 1800, foi compreendido por alguns daqueles governantes da África que, se forem copiados os métodos militares europeus, teriam a possibilidade de conquista dos seus vizinhos. Foram importados pelo Egito armas de fogo e funcionários europeus para o auxílio na conquista de um grande império, no atual Sudão. Foi assumido por Zanzibar o fato de controlar uma parte da África Oriental, que tinha extensão até o ponto de encontro da atual parte oriental da República Democrática do Congo. Foram conquistados pelos africânderes da parte meridional da África os africanos da região nas imediações da parte setentrional e foi fundada a independência de duas repúblicas, que se chamam Transvaal e Estado Livre de Orange.[41][42]

Revoluções Religiosas

Entre os séculos XII e XIII ocorreu a penetração do islamismo na região dos prados da África Ocidental, na parte meridional do Saara. Mas pelos governantes desta área jamais foi imposta totalmente a lei islâmica, de modo que os credos da mistura feita pelo povo foram as religiões tradicionais africanas e o islamismo.[7] Nos últimos anos do século XVIII, foi iniciada pelos líderes muçulmanos da África Ocidental a pregação de reformar a religião e a exigência de que fossem criados Estados muçulmanos autênticos.[43] A maioria desses líderes foram comandantes de "guerras santas" em luta contra os governantes africanos da área e foram fundados novos impérios muçulmanos. Em 1860, os novos impérios foram os controladores da quase totalidade da região de savanas da África Ocidental.

Exploração europeia



Mapa francês de África (c. 1898) com as reivindicações coloniais. Posses alemãs a verde; posses belgas a laranja; britânicas a amarelo; francesas a rosa; portuguesas em púrpura; e a independente Etiópia a castanho

Teve início a exploração europeia na década de 1770. Até então, os europeus permaneceram nas imediações da faixa litorânea, mas o fato de interessarem no comércio e o trabalho missionário acarretaram gradualmente o deslocamento forçado para o interior do continente. Na década de 1770, foi financiado pelos governos e sociedades missionárias e científicas da Europa que as expedições realizassem explorações na África.[46]

Nos anos 1880, ocorreu o crescimento do fato de os países europeus serem rivais uns aos outros. Teve início a reclamação dos governos europeus das partes do território do litoral da África. O desejo dos governos da Europa foi definido como a garantia de ter direito às áreas que tiveram maior lucro, antes que isso fosse feito por seus rivais. Por volta de 1914, os europeus tinham feito a divisão entre si da totalidade do território africano, deixando somente a independência nacional

da Etiópia e a Libéria. A Bélgica, a França, a Alemanha, a Grã-Bretanha, a Itália, a Espanha e a Turquia têm feito a sua auto reclamação de partes da África.[47]

Como a Europa reconheceu esses territórios reivindicados, teve início o estabelecimento feito pelos poderes coloniais europeus do seu poder real na África. Foram reconhecidos por alguns governantes africanos que as armas europeias são superiores e sua rendição pacífica ao domínio europeu. Mas foram feitas pelas outras guerras de resistência, que geralmente que os europeus trataram como rebeliões. O período da conquista europeia foi estendido da década de 1880 até a década de 1930, mas na metade da década de 1920 foram controladas pelos europeus já com firmeza muitas das partes da África.[48][49]

Domínio colonial

A duração do domínio colonial sobre muitas das partes da África foi entre 1900 e 1960. Hoje em dia, a consideração feita pelos africanos é a de que esse período foi uma experiência que humilhou. Mas foi também um período em que se progrediu muito. Nunca tantos africanos foram educados para que se contatassem com o restante do mundo. Foi trazido por novas rodovias e ferrovias que a África se desenvolvesse economicamente, apareceu o surgimento de novas cidades.

Variou muito o domínio colonial na diferença de partes da África. Na parte meridional da África, foi tomada pelos colonizadores brancos a excelente qualidade das terras e foi construída uma sociedade industrial que foi responsável pela exclusão dos africanos da totalidade das ocupações que não tivessem maior humildade possível. Na África tropical, os comerciantes ou funcionários europeus foram os implantadores de seu domínio com os líderes africanos que ajudaram. De maneira ocasional, os europeus foram os governantes dos países através da eleição de políticos africanos.

Problemas pós-coloniais

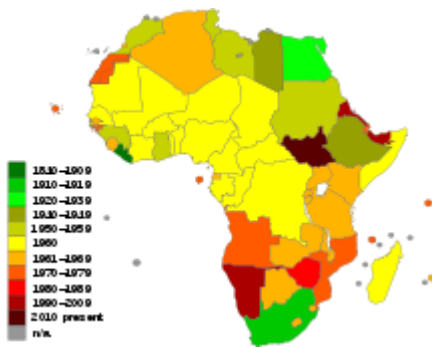


Localização da União Africana

Um dos resultados do colonialismo é o da dificuldade de cooperação entre os novos Estados africanos. Um dos problemas é a questão das fronteiras arbitrárias, que em sua maioria assinalam a extensão das conquistas coloniais ou da expansão imperial e que geralmente não têm qualquer relação com as fronteiras naturais, geográficas ou étnicas. O colonialismo gerou também uma identificação política e econômica com a metrópole colonial, particularmente forte no caso das ex-colônias francesas, e que persiste até hoje, resultando inclusive um certo grau de dependência.

Muitos líderes africanos têm-se esforçado por promover soluções pan-africanas para os problemas do continente. Um dos principais resultados desses esforços foi a criação, em maio de 1963, da Organização da Unidade Africana (OUA) com sede em Adis Abeba. A Organização da Unidade Africana foi substituída pela União Africana em 9 de julho de 2002. A OUA teve êxito na mediação da disputa entre Argélia e Marrocos (1964-65), e nos litígios de fronteiras entre Etiópia e Somália (que tornaram a eclodir em 1977) e entre Quênia e Somália (1965-67), fracassando, porém, em impedir a guerra civil na Nigéria (1968-70).

Movimento de independência



Mapa de África com as várias datas de independência

O início do movimento de independência remonta ao período anterior aos últimos anos do século XIX.[52] Os povos africanos do Egito, da Costa do Ouro (hoje Gana), da Nigéria e da África do Sul tiveram início da grande exigência governamental de serem livres. Entretanto, o que se exigia de governo próprio só foi convertido num movimento africano de massa após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Quando isto foi dado, os poderes coloniais eram obrigados a fazer escolha entre suas colônias tornarem-se independentes, ou declaração de uma guerra cara para a continuação de suas colônias a serem controladas. A luta dos franceses foi durante mais de oito anos para a continuação da Argélia a ser controlada, mas a Argélia proclamou sua independência em 1962. Outras colônias francesas tornaram-se independentes pacificamente. A Bélgica e o Reino Unido deram o estatuto de país independente às muitas de suas colônias por em 1961.

O mais importante movimento de autogoverno problemático era a parte meridional da África. A África do Sul declarou por completo a sua independência do Reino Unido em 1931, mas somente os brancos tinham direito de voto e de exercício de altos cargos públicos. Na opinião dos africanos, isto era um colonialismo especial. Na ex-Rodésia (atual Zimbábue), a tentativa dos brancos era continuidade de controlar o país declarando a sua independência do Reino Unido em 1965. Entretanto, a consideração dos países africanos e o Reino Unido é que o fato de declarar um país independente é uma ilegalidade. A luta de Portugal contra os movimentos africanos de resistência ocorreu durante a década de 1960 e primeiros anos da década de 1970, para a continuidade de controlar suas colônias. A Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau) declarou-se independente em

1974. Angola e Moçambique, e mais as colônias portuguesas das ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, obtiveram sua independência em 1975.[54]

Pela independência não foram resolvidos a totalidade dos problemas africanos. Na maioria das novas nações não existiam líderes com experiência própria. No Congo (Leopoldville), atual República Democrática do Congo, o governo teve queda imediata depois que o país declarou-se independente, em junho de 1960. Pediu para que a Organização das Nações Unidas ajudasse para o restabelecimento da ordem, depois da declaração de independência da província congoleza de Catanga, em julho de 1960. Entre 1960 e 1965, o Congo teve uma diversidade de revoltas armadas, e foram estabelecidos a maioria dos governos provisórios, até a tomada de posse feita pelos líderes militares do controle do governo. Ocorreu a tomada de posse feita pelos líderes militares do governo numa variedade dos demais países da África. Os grupos políticos e culturalmente diferenciados têm causado guerras civis numa variedade de países.

Desenvolvimento recente



Localização da União Africana

Foi trazido pelos anos 1970 um novo sentimento de nacionalismo à maioria das nações da África. Gana, Uganda e uma diversidade de outros países estavam engajadas no empenho de libertação em relação aos estrangeiros que influenciaram, dando a expulsão a muitos estrangeiros que residiam. Certos países como a atual República Democrática do Congo, têm feito campanhas para a

substituição dos nomes estrangeiros de lugares e de pessoas por nomes africanos.[56]

Nos últimos anos da década de 1960 e primeiros anos da década de 1970, as escassas chuvas foram o agente causador do drama de uma crise na vastidão de uma área na parte meridional do Saara. Nesta área, que se chama Sael, estão incluídas partes do Chade, do Mali, da Mauritânia, do Níger, do Senegal, do Sudão, de Burkina Fasso, e outras nações.



História Geral da África (MEC Brasil)

Na metade da década de 1970, foi agravado o fato de que os brancos e negros conflitaram entre si na África do Sul e na ex-Rodésia e foi intensificado o que antigamente se exigia que o domínio da África do Sul eliminasse o território do Sudoeste Africano. Em 1976, anunciou-se um plano para que esse território declarasse independente. Mas, nas eleições que se realizaram em dezembro de 1978, foi rejeitada pela África do Sul que a Organização das Nações Unidas supervisionasse, a qual foi denunciado o plano de independência, alegando que a pretensão daquele país era a continuidade de influir e a restrição do fato de que os namíbios participassem do governo. Na Rodésia, tomou posse, em maio de 1979, um governo majoritariamente negro embora a oposição de nacionalistas negros deu veto ao acordo que o novo governo e a minoria branca negociaram. Os negros e brancos mantiveram a continuidade de lutar até os últimos dias de 1979, quando pelos representantes do governo e das forças guerrilheiras, depois do patrocínio feito pelo Reino Unido do conversarem diplomaticamente, foi aceito um governador inglês para a organização de outros períodos eleitorais e a direção do país até que o novo governo empossasse. Este, uma coalizão dos dois

mais relevantes partidos políticos de guerrilha, empossou em março de 1980 e, em abril, foi proclamada a independência da ex-Rodésia com o nome de República do Zimbábue.

Nos anos 1980, foram continuadas pela Organização das Nações Unidas e a África do Sul que conversassem diplomaticamente sobre a independência da Namíbia. Na África do Sul foi crescente a luta contra a apartheid, que cada vez mais apoiou a opinião pública e os governos de todo o mundo. Finalmente, o apartheid foi abolido na África do Sul por Nelson Mandela entre 1990 e 1994 e dois anos depois foi promulgada a nova constituição do país.

1- COLONIALISMO E IMPERIALISMO

A civilização cristã europeia emergiu, como civilização distinta, a partir do século VIII. As civilizações chinesa e islâmica eram, nessa época, civilizações superiores, em riqueza, poder militar, territórios, cultura e ciência.

No século XI (1054), dá-se a separação entre a cristandade ocidental e oriental (ortodoxa) e, no século XV, os mouros são finalmente expulsos da Península Ibérica, iniciando-se, na mesma época, a expansão portuguesa em África e na Ásia e a espanhola nas Américas. Todo o hemisfério ocidental e partes significativas do continente asiático estiveram debaixo do domínio de potências europeias.

No final do século XVIII, os europeus começam a perder o controlo sobre o continente americano, inicialmente com a independência dos EUA e, posteriormente, de toda a América do Sul e Central. Porém, durante o século XIX, o domínio europeu ressurgiu em África, entendendo-se à quase totalidade do continente, consolida-se na Índia e, no início do século XX, estende-se ao Médio Oriente, com excepção da Turquia. Em 1900, como é atribuído à Rainha Vitória, “o Sol nunca se punha no Império Britânico”, que possuía mais de um quinto das terras do mundo.

Assim, durante cerca de quatro séculos, a civilização, cultura e religiões europeias dominaram e subjugaram outro tipo de sociedades. Samuel Huntington defende que a razão fundamental da expansão europeia foi tecnológica: descoberta de processos de navegação oceânica e desenvolvimento de meios militares para as conquistas.

“O Ocidente venceu o mundo, não pela superioridade das suas ideias, valores ou religião, (...) mas antes pela superioridade em aplicar a violência organizada. Os Ocidentais esquecem, com frequência, este facto; os não-ocidentais, nunca.”^[1]

A seguir à II Guerra Mundial, iniciou-se o surto de independências das colónias das potências europeias. A Carta das Nações Unidas expressou o princípio da autodeterminação dos povos, mas a emancipação política das colónias e dos satélites não impediu a manutenção de outras formas de dominação imperialista,

quer de natureza político-diplomática quer de natureza económica. Não é já possível separar, de forma clara, a não ser teoricamente, o domínio político do económico.

Derrubado o “muro de Berlim” e terminada a “guerra fria”, a URSS dissolveu-se e assistiu-se à autodeterminação da maior parte das suas repúblicas e países satélites da Europa de Leste.

Pensa-se ser útil e importante, nesta época de transformações nas relações internacionais, olhar um pouco para trás e analisar e reflectir sobre os conceitos de “colonialismo” e “imperialismo”, que dominaram aquela cena durante tantos séculos e que têm sido apontados como causadores de tantos malefícios à comunidade internacional.

Estará o problema definitivamente ultrapassado? O mundo inteiro é um mercado único e o comércio pacífico parece florescer. Não será isto a realização de um sonho da humanidade? Não estarão agora a paz e a harmonia globais ao nosso alcance? A resposta que se adianta, desde já, é negativa!

2. Investigação

Segundo Adriano Moreira, o ponto de partida para os conceitos que actualmente orientam a teorização destas matérias é o trabalho do economista britânico J. A. Hobson, *“Imperialism: a study”*. Este trabalho, publicado em 1902, no apogeu dos impérios europeus, não dá porém uma noção precisa de imperialismo. Todavia, de uma maneira muito tradicional, não deixa de pronunciar-se sobre o que entende por colonialismo, caracterizando-o fundamentalmente como uma forma de exploração, que não exclui uma actividade transplantadora de civilização e de cultura. De facto, quer os trabalhos publicados a este respeito quer as manifestações, posteriores à última guerra, nos organismos internacionais e nas Conferências de Estados recentes (Bandung – 1955 e Havana – 1960), não deixam de ligar o colonialismo ao imperialismo, como que adjectivando, para os novos tempos, uma prática antiga^[2].

a. Definições

(1) Colonialismo clássico

Para Hubert Deschamps, é a vontade de criar e/ou manter um sistema de sujeição para as populações tecnicamente atrasadas^[3].

Segundo a *Enciclopédia Universal*, é o domínio de uma minoria estrangeira num território sobre a população indígena de cultura divergente e em maioria. Esta imposição implica o reconhecimento do sistema político e judicial da sociedade dominante, sob o argumento da superioridade étnico-racial, ao mesmo tempo que legitima a exploração dos recursos e factores de produção existentes na sociedade dominada, em benefício do espaço económico explorador^[4].

H. J. Horvath afirma que a principal diferença entre colonialismo e imperialismo é a presença de um número significativo de colonos da potência colonizadora no estado colonizado^[5].

T. R. Adam define colonialismo como o controlo político de um povo subdesenvolvido, cuja vida social e económica é dirigida pela potência dominadora^[6].

Para Adriano Moreira, a colonização traduz-se sempre na imposição de um poder superior alienígena sobre um povo e seu território, com um sistema cultural diferente, em regra de etnia diferente, e um projecto político diferente. A relação que se estabelece, além do domínio político pelo colonizador, implica que este leve eventualmente o capital e a técnica e exija a terra e o trabalho dos nativos. Este processo de expansão, que esteve sempre presente na história dos povos, é normalmente determinado pelo exclusivo interesse do colonizador, que procura novos espaços, ou novas matérias-primas, ou novos mercados, ou apoios estratégicos^[7].

(2) Imperialismo

Michael Doyle define-o como o processo de estabelecer uma relação, formal ou informal, na qual um estado controla a soberania política efectiva de outra sociedade política. Esta relação pode ser alcançada pela força, por colaboração política, ou por dependência económica, social ou cultural. Para ele, o colonialismo é um dos possíveis resultados do imperialismo^[8].

Para Sousa Lara, o imperialismo é *“a expansão de uma potência para territórios que outrora não faziam parte do seu domínio, tendo como fundamento primeiro a força militar, mas prosseguindo-se, posteriormente, com a divulgação das estruturas políticas, jurídicas, económicas e sociais desse mesmo poder político para as novas áreas conquistadas ou tuteladas”*^[9].

Michael Parenti define o imperialismo como o processo pelo qual os interesses políticos e económicos dominantes de uma nação expropriam do seu próprio enriquecimento a terra, o trabalho, as matérias-primas e os mercados de outro povo^[10].

Andrew Heywood vê o imperialismo como “a política de alargar o poder ou a autoridade de um Estado para além das suas fronteiras”^[11].

A característica fundamental do imperialismo é a relação assimétrica entre a potência imperial e os seus territórios dominados. A potência imperial pode controlar aspectos do comportamento da sua colónia para o seu próprio interesse e não existe reciprocidade na influência exercida^[12].

(3) Neocolonialismo

Forma disfarçada e mais diluída do colonialismo puro, que surgiu após a II Guerra Mundial, com o aparecimento de novos estados independentes e que se reveste de aspectos de natureza tecnológica, económica, militar e cultural. Mantêm-se no entanto as diferenças de tecnicidade económica e mental (divergência de estruturas filosóficas e tipos de raciocínio)^[13].

De acordo com Sousa Lara, o neo-colonialismo relaciona-se com actividades e manifestações que, não cabendo na moldura formal do colonialismo, conduzem a resultados semelhantes. É o prosseguimento do colonialismo, mas sem o aspecto fundamental que é o controlo político, jurídico e administrativo formal. A subordinação directa não está presente, mas “*existe uma subordinação material, consistente e identificável*”^[14].

Andrew Heywood identifica neo-imperialismo com neo-colonialismo e caracteriza-o como “o processo pelo qual as potências industrialmente desenvolvidas controlam territórios estranhos pelo domínio económico e cultural, embora respeitando a independência política formal do território”^[15].

3. Evolução dos conceitos ao longo dos tempos

Na linguagem corrente actual, as palavras “colonização”, “colonialismo” e “imperialismo” confundem-se. O império de uma potência é ou foi, para a maior parte, o conjunto das suas colónias. Porém, nem sempre foi assim. Ao princípio, colónias e império tinham significados muito diferentes^[16].

a. Antiguidade

Os impérios da Antiguidade (Egipto, Mesopotâmia, Pérsia, Assíria, Roma, Bizâncio, Otomano, Mongol e várias dinastias chinesas) correspondiam ao modelo de Estado Universal, no sentido em que exerciam uma autoridade igual em relação a grupos humanos diferenciados pela cultura, pela etnia e até pela nacionalidade. A expansão territorial era legitimada pela conquista^[17].

Na Antiguidade, “colónia” era, antes de tudo o mais, emigração, mas com um carácter político preciso: a criação de um Estado novo, conservando com a terra original uma comunidade de crenças e ligações sentimentais. A língua, os costumes e a religião dos colonos mantinham-se. A colónia era como que um ramo destacado do povo original. Foi assim, por exemplo, com os fenícios.

O “império” era algo diferente. Não tinha base demográfica, mas militar; não existia emigração, mas conquista. O termo foi utilizado para designar um povo forte que dominou territórios muito extensos, compreendendo grupos culturalmente distintos e concentrando a autoridade suprema. Exemplos clássicos foram os impérios egípcio, assírio, caldeu, persa, alexandrino e romano. Conhecem-se posteriormente os exemplos da China, dos mongóis e dos turco-tártaros. Segundo Sousa Lara, caracterizava-se por um sistema de contiguidade territorial e continha já aspectos de expansão cultural e religiosa fundamentais, não sendo inovador o carácter doutrinário ou ideológico da expansão política posterior^[18].

O imperialismo anterior à era gâmica era fundamentalmente europeu, visando uma certa forma de organização da sociedade ocidental. Tratava-se de uma organização hierarquizada, primeiro centralizada, que foi evoluindo para uma descentralização em que o imperador, depois da renovação do império cristão por Carlos Magno, em 800, se foi transformando numa pura figura arbitral até à sua formal extinção pela intervenção napoleónica^[19].

b. Das descobertas ao Congresso de Berlim

Depois do século XVI, uma “colónia” passa a ser uma terra distante, unida a um Estado metropolitano por uma ligação de dependência jurídica e económica. Assim

se afirma o carácter político e económico da nova colonização, que passa então a confundir-se com o “imperialismo”. A dependência jurídica era afirmada pela presença de gente que administrava as terras conquistadas. A dependência económica fez da colónia um reservatório de matérias-primas e de produtos alimentares que pertenciam à metrópole; em troca, esta fornecia produtos industriais, mas mantinha o monopólio desse fornecimento^[20].

Um outro factor essencial caracterizou as colónias modernas: a presença de uma população autóctone muito mais numerosa do que a europeia, mas dirigida por eles.

Sousa Lara defende que existem duas vagas de expansão colonial europeia:

- a primeira, renascentista, patrocinada por desígnios religiosos, de que são exemplos os portugueses e os espanhóis;
- a segunda, intimamente ligada à Revolução Industrial, ao desenvolvimento capitalista e, sobretudo, a uma lógica nova de disputa nacionalista, típica da Europa do século XIX, nitidamente expressa nas conclusões da Conferência de Berlim^[21].

Nos séculos XV e XVI, operou-se na Europa uma revolução técnica: a utilização da arma de fogo! Ela deu aos estados ocidentais um meio de domínio. Desde aí, a expansão para procurar riquezas longínquas tornou-se possível. O comércio para assegurar a posse desses bens cobiçados já não bastava. Era necessário impor a superioridade das armas. Nessa época, os interesses dos missionários e dos comerciantes entrecrocaram-se: a abolição do comércio de escravos e a sua posterior emancipação era contrária aos interesses da mão de obra barata^[22]. As colónias localizavam-se longe da Pátria e habitadas por populações cultural e racialmente diferentes dos colonizadores.

O primeiro “pico” do colonialismo moderno atingiu-se cerca de 1775, quando todo o continente americano e grandes partes da África e da Ásia eram governados da Europa. Nos 50 anos seguintes, enquanto as Américas se libertavam, os europeus alargaram o seu controlo na Ásia. A maior parte da África permaneceu inexplorada até ao último quartel do século XIX. Um segundo “pico” da expansão colonial europeia deu-se à volta de 1900, quando metade da superfície da Terra e um terço da sua população eram possessões coloniais^[23].

Novos avanços surpreendentes se produzem na tecnologia europeia, no século XIX. Aperfeiçoou-se o armamento, a máquina a vapor fez reduzir as distâncias, a

medicina já sabia lutar contra as doenças tropicais. A revolução industrial e as suas consequências (crescimento demográfico, busca de saídas para os novos produtos, etc.) fizeram acelerar os acontecimentos. Tanto como o capitalismo, o nacionalismo marcou o século XIX; o desejo de glória nacional empurrou as nações para a conquista ultramarina. Sobretudo, no final do século, quando posições estratégicas importantes ficaram em risco de serem tomadas por rivais e a concorrência industrial e política entre as nações europeias se agudizou, elas olharam para além do “velho mundo” à procura de uma expansão económica e militar que lhes permitisse manter ou elevar o prestígio e o orgulho nacionais^[24].

Existem várias razões para as nações europeias terem competido entre si para possuírem colónias. Todas queriam adquirir poder e prestígio. Os novos territórios eram muito ricos em recursos naturais, que podiam ser trazidos para a Europa e transformados em bens manufacturados. Os europeus necessitavam também de mercados para aqueles bens.

A colonização foi, originariamente, na sua essência, o estabelecimento de colonos num país estrangeiro, com uma ligação política ou religiosa mais ou menos forte com a metrópole. É o que poderemos chamar a colonização-migração, uma forma de expansão demográfica.

Colonialismo é uma nova palavra carregada com os pecados do imperialismo. Mas, para alguns, se se quiser julgar imparcialmente os impérios, deve reconhecer-se que apresentaram duas faces: uma de domínio, conquista, comando, sobreposição social, sujeição, exploração económica e preponderância dos interesses metropolitanos, apoiando-se no conservadorismo político por receio da evolução dos indígenas; mas o império foi também união, suprimindo barreiras e o isolamento entre comunidades humanas; foi também organização, educação, transformação, progresso material, luta contra as doenças e alargamento intelectual. É a primeira destas duas faces que se condena actualmente sob o nome de “colonialismo” ou “imperialismo”^[25].

O imperialismo renasceu no Ocidente com a emergência do estado-nação moderno e com a era das descobertas. A emigração de colonos europeus para a América e para África, conhecida como “colonização”, foi marcada pela mesma atitude de superioridade da parte dos recém-chegados para com as populações nativas.

Os grandes impérios modernos foram construídos pelas grandes democracias que tinham proclamado os direitos do homem (i.e., Inglaterra e França). A Conferência de Berlim fez com que esses Estados atribuíssem a si próprios o direito de ocupar as terras do continente africano ainda não ocupadas de acordo com o seu interesse.

Quando os europeus tomaram posse de terras distantes, viram as culturas das populações nativas como inferiores à sua. Este conceito tornou-se conhecido como “o fardo do homem branco”, frase retirada de um poema popular de Rudyard Kipling, publicado em 1899. A interpretação normalmente dada a este poema aponta para o dever das nações imperialistas de levar a cultura e sensibilidade ocidentais às populações nativas que encontravam nas novas terras. Esta posição é conhecida como “Darwinismo social”, ou a crença que todos os grupos humanos competem pela sobrevivência e que os mais fortes substituem os mais fracos. Outros, porém, viram-na como um aviso às nações ocidentais para pararem a prática perigosa do imperialismo^[26].

Tal evolução do conceito de imperialismo implicou o aparecimento do nacionalismo como ideologia política fundamental de libertação dos povos, e, por isso, é neste sentido que normalmente o imperialismo moderno é associado ao nacionalismo.

Estas observações revelam duas atitudes possíveis do poder político imperial: o exercício de uma função convergente, que procura formar uma sociedade integrada vertical e horizontalmente; ou uma função que procura impor uma subordinação apenas vertical, estabelecendo uma hierarquia que não dá dignidade igual, nem a todos os territórios nem a todos os povos integrados^[27].

Esta identificação do imperialismo com o colonialismo aconselha a distinção entre o imperialismo anterior à era gâmica, que conviveria com o posterior a essa era, cujo ponto crítico foi a Conferência de Berlim de 1885, e que foi essencialmente um imperialismo colonial dos estados europeus sobre o resto do mundo^[28].

c. Da Conferência de Berlim às independências

O último quartel do século XIX foi de procura desenfreada de colónias, por parte das potências europeias, o que marcou o início do imperialismo. Os efeitos da revolução industrial e o crescimento da capacidade de manufactura tornou desejável encontrar

mais mercados para exportação dos produtos. Por outro lado, alguns produtos tropicais eram vendidos lucrativamente na Europa, havia séculos. Mas para assegurar um fornecimento regular e em larga escala desses produtos, era necessário construir caminhos de ferro e injectar organizações de tipo europeu em economias primitivas. Isto não podia ser levado a cabo sem tomar as rédeas da administração dessas regiões^[29].

A chegada dos europeus colocou em desordem um equilíbrio social milenário; os deuses e os ancestrais deixaram de ser respeitados; os jovens foram trabalhar para longe por sua conta; surgiram novas classes sociais; os chefes tradicionais foram perdendo a sua hegemonia. As tradições feridas, a recordação de um mundo antigo concebido como um tempo de bem-estar, foi o terreno onde se foram desenvolvendo as sementes do nacionalismo.

Os europeus, mesmo quando os tratavam bem, não os misturavam na sua vida privada e social. Cada um vivia do seu lado. Por outro lado, o nível de vida dos europeus era mais elevado do que o seu. Nasceu assim um complexo de inferioridade, mesmo um ódio, uma vontade de mudança, o desejo legítimo de não serem tratados como inferiores na sua própria terra^[30].

Esta colonização moderna teve como agentes as grandes democracias europeias e invocou justificação diferente da evangelização: o dever de civilizar, o triunfo na competição internacional, o “fardo do homem branco”. Na redacção do Pacto das Nações, a acção colonizadora já aparecia como uma função em nome dos interesses da comunidade internacional, destinada a conduzir os povos colonizados à capacidade de assumirem um lugar igual e responsável no concerto das nações. Foram então criados os “mandatos”, que eram justamente exercidos por potências colonizadoras em nome dos povos civilizados, para a integração final.

No longo processo colonizador que começou com a expansão peninsular, parece que se desenharam dois modelos fundamentais: o luso-espanhol e o anglo-saxónico. O primeiro de matriz católica, o segundo de matriz protestante, mas ambos de tradição cristã e europeia. O que significa que as escalas de valores, os interesses, as soluções, foram eurocêntricas, não foram definições tendo em vista um assumido interesse geral dos povos ao redor da Terra.

Este ponto de vista mundialista veio com a experiência crescente, mas entretanto o processo foi extremamente doloroso e carregado de conflitos. Basta pensar na escravidão e, sobretudo, no transporte dos escravos para outros continentes, especialmente para o americano.

Para além dos interesses da soberania e da economia, que exigem o uso da força para instaurarem os seus modelos, o simples contacto dos grupos, ética e culturalmente diferenciados, suscita graves problemas. Quando a eliminação ou a transferência não foram as soluções radicais aplicadas, o modelo anglo-saxónico orientou-se pela discriminação entre os grupos étnicos e pela solução final da independência^[31].

Este imperialismo colonialista dos tempos modernos usou todos os instrumentos próprios da política internacional e foi especialmente determinado pela motivação económica referida. Foram as democracias estabilizadas da frente marítima europeia que construíram os impérios coloniais do século XIX: Inglaterra, França, Holanda, Bélgica e Portugal. Foi este imperialismo, de motivação essencialmente económica, que serviu de modelo para a meditação marxista sobre o fenómeno da colonização, levando à afirmação de que todo o imperialismo é uma fase necessária na expansão do capitalismo^[32].

4. Teorias e Doutrinas

a. Conservadora

Cecil Rhodes, Disraeli e Kipling criam que o imperialismo era necessário para preservar a ordem social existente nos países mais desenvolvidos. Era necessário preservar o comércio, os mercados, manter o emprego e o capital das exportações, e canalizar as energias e os conflitos sociais das populações metropolitanas para países estrangeiros. Existia nesta teoria uma vertente ideológica e racial da superioridade ocidental^[33].

b. Liberal

O economista britânico John A. Hobson (1858-1940) defendia que o imperialismo era resultante de ajustamentos desadequados dentro do sistema capitalista, no qual uma minoria abastada poupa demasiado enquanto uma maioria empobrecida, ou no

limite da subsistência, não dispõe do poder de compra necessário para consumir todos os frutos da indústria moderna (teoria da acumulação). As sociedades capitalistas estão, por conseguinte, confrontadas com o dilema crítico da sobreprodução e subconsumo. Se os capitalistas estivessem dispostos a redistribuir as mais-valias na forma de assistência social, deixaria de haver problemas estruturais sérios. Contudo, os capitalistas procuram reinvestir o seu capital excedentário em empresas rendíveis no estrangeiro. O resultado é o imperialismo, *“o esforço dos grandes senhores da indústria de aumentarem o campo de circulação do seu capital excedentário através da procura de mercados estrangeiros e investimentos estrangeiros para escoarem os bens e o capital que não conseguem vender ou aplicar internamente”*^[34].

Hobson estava consciente da existência de factores não económicos na expansão da Europa de finais do século XIX – forças de carácter político, militar, psicológico, religioso e filantrópico. Apesar disso, Hobson insistia em que o ingrediente essencial do imperialismo era o capitalismo financeiro que galvaniza e organiza as outras forças num todo coerente^[35].

c. Marxistas

A maior parte dos dados sobre a teoria marxista do imperialismo no século XX foi fornecida por Hobson.

Lenine reconheceria claramente a influência que os estudos de Hobson exerceram sobre o seu próprio entendimento do fenómeno, pois antecipou o ataque que Lenine montaria mais tarde ao lucro capitalista como causa principal das guerras internacionais. A tese leninista de que o imperialismo é a principal causa da guerra na era capitalista acabou por não resistir à crítica dos especialistas. As maiores guerras, desde 1870, não foram desencadeadas primariamente por motivos económicos.

A velha forma de imperialismo político e militar deu lugar, na segunda metade do século XX, a um neo-imperialismo que abdicava do controlo directo do território em favor dos laços político-económicos e político-culturais baseados no conluio entre os capitalistas mundiais e as elites “compradoras” do Terceiro Mundo que beneficiavam

da facilitação do comércio, do investimento e das relações laborais com os países industrializados.

Os marxistas, na sua generalidade, acusam o Ocidente – o sistema-mundo capitalista – de manter os países pobres numa posição de subordinação, dependência ou escravidão ao limitarem os seus investimentos às indústrias extractivas (de matérias-primas) e através da ocidentalização, subjugação e suborno das novas elites empenhadas em modernizar as suas sociedades.

As elites em ascensão nos países pobres são persuadidas a imitarem os padrões de consumo da burguesia dos países ricos e a gerarem a procura das importações ocidentais para satisfazer o consumo das elites e sem contribuírem para o desenvolvimento económico. Por outro lado, a fuga dos cientistas, engenheiros, gestores e outros técnicos qualificados dos países pobres para os países ricos aumenta a dependência dos países menos desenvolvidos em relação às regiões industrializadas (teoria da dependência).

A tese fundamental da teoria da dependência parte do princípio de que a dependência enquanto estrutura mundial é distinta do estado de dependência que liga os países uns aos outros e que a maior parte dos estudiosos contemporâneos associa a um mundo interdependente, mesmo quando reconhecem a desigualdade das relações interdependentes.

Na perspectiva dos teorizadores da dependência, a relação entre o Norte (o centro) e o Sul (a periferia), longe de ser uma relação de cooperação para alcançar interesses mútuos, implica a subordinação do segundo em relação ao primeiro e a exploração do segundo pelo primeiro. Assim, e aos olhos dos “dependentistas”, a questão não é a de que os países pobres não disponham de capital e fiquem atrás dos ricos, porque permanecem fora ou na margem do mundo capitalista; a questão é que esses países foram integrados na estrutura internacional de classes do sistema capitalista^[36].

d. Políticas

No início da “guerra fria”, Hans Morgenthau, o mais importante crítico de Hobson e Lenine, definia que o imperialismo era simplesmente uma manifestação do equilíbrio de poderes e a sua finalidade era diminuir as vulnerabilidades estratégicas e políticas de uma nação.

Negava que todo o acréscimo de poder internacional de uma nação fosse necessariamente imperialista. Mais ainda, alertava para a tendência de considerar como imperialista toda a política externa que visa, de forma conservadora, a manutenção de um império já existente. A interpretação económica do imperialismo, argumentava Morgenthau, fracassava na tentativa de construir uma lei universal da história assente na experiência limitada de um punhado de casos isolados. No seu ponto de vista, este tipo de teoria ignora o problema do imperialismo pré-capitalista (onde se incluíam os impérios da Antiguidade, o imperialismo árabe dos séculos VII e VIII, o imperialismo europeu cristão das Cruzadas e os impérios de homens como Alexandre, o Grande, Napoleão e Hitler)^[37].

e. Psicossocial

Schumpeter insistia que o imperialismo não pode ser reduzido a uma mera procura do interesse económico quando a história está repleta de exemplos de sociedades “que procuram a expansão pelo prazer de lutar, a vitória pelo prazer de ganhar, a dominação pelo prazer de mandar”. O imperialismo é antes “*a disposição sem objecto definido da parte de um estado para a expansão sem limites e executada pela força*”^[38].

f. Teoria dos sistemas mundiais

A teoria contemporânea do teórico dos Sistemas Mundiais, Immanuel Wallenstein, contra-argumenta sem degradar as inferências sugeridas por Hobson.

A teoria de Hobson é pois útil para explicar o papel da sobre-acumulação no expansionismo económico e colonial ultramarino, enquanto Wallenstein explica, talvez melhor, a dinâmica da competição geopolítica inter-capitalista^[39].

g. As interpretações dos teóricos contemporâneos

O historiador imperial contemporâneo Bernard Porter argumenta que o imperialismo formal britânico era um sintoma e um efeito do seu relativo declínio, e não da sua força. Joseph Chamberlain argumenta que o imperialismo formal era necessário à Grã-Bretanha devido ao declínio relativo da sua fatia do comércio exportador mundial e ao crescimento da competição alemã, americana e francesa.

Porter, ao contrário de Hobson, que faz a ligação entre o subconsumo e a má distribuição do poder de compra, argumenta que aquilo que a Grã-Bretanha deveria ter feito para corrigir a sua balança de pagamentos teria sido tornar a sua indústria mais competitiva: melhorar os seus métodos de manufactura para vender mais no estrangeiro^[40].

h. Outras

Outros teorizadores, como Kenneth Waltz e Morton Kaplan, explicam o imperialismo como consequência normal da dinâmica estrutural própria de um sistema internacional em que os estados mais fortes se envolvem num processo de equilíbrio de poderes e, como tal, exercem a sua supremacia sobre os estados mais fracos^[41].

5. Discussão

O imperialismo precedeu o capitalismo. Os imperadores e conquistadores estavam interessados principalmente no saque e no tributo, no ouro e na glória. O imperialismo capitalista difere das formas mais antigas, porque acumula sistematicamente capital através da exploração organizada do trabalho e da penetração nos mercados ultramarinos. O imperialismo capitalista investe noutros países, transformando e dominando as suas economias, culturas e vidas políticas, integrando as estruturas financeiras e produtivas num sistema internacional de acumulação de capital^[42].

A corrida às colónias, entre 1870 e o início da I Guerra Mundial, por parte das potências europeias, marcou o início do imperialismo. Os efeitos da revolução industrial e o crescimento da capacidade de manufactura tornou desejável encontrar mais mercados para exportação dos produtos. Por outro lado, alguns produtos

tropicais eram vendidos lucrativamente na Europa, havia séculos. Mas, para assegurar um fornecimento regular e em larga escala desses produtos, era necessário construir caminhos de ferro e injectar organizações de tipo europeu em economias primitivas. Isto não podia ser levado a cabo sem tomar as rédeas da administração dessas regiões.

Motivos económicos estiveram assim no recrudescer do imperialismo. Contudo, uma vez o processo em movimento, outras considerações se tornaram importantes, e o imperialismo passou a ter vida própria. As rotas comerciais tinham de ser protegidas contra os outros competidores europeus e passaram a ser necessários centros de reabastecimento para os navios e para as suas máquinas. Acima de tudo, as potências europeias começaram a sentir que, não só o seu poder e riqueza dependia da posse de colónias, mas também o seu prestígio nacional. Assim, naquilo que, até então, tinha sido apenas a simples procura de riqueza e poder, foram introduzidos argumentos não racionais e emocionais que se tornaram no factor mais forte do imperialismo competitivo da parte final do século. Já não era suficiente possuir terras de valor económico e estratégico. Era igualmente importante não ceder possessões aos rivais, uma vez que tal envolveria perda de prestígio nacional^[43].

Nesta nova forma de império, a dominação foi imposta por uma minoria externa, cuja cultura difere totalmente da dos povos colonizados, através de uma supremacia militar e tecnológica que levou ao exercício exclusivo do poder político pela minoria externa, subjugando os povos dominados aos seus interesses^[44], negando aos povos subjugados a capacidade de se autogovernarem.

O imperialismo europeu trouxe, por um lado, expansão económica e novos padrões de administração e saúde públicas às regiões dominadas; por outro lado, significou exploração muitas vezes brutal e desumana. Em qualquer caso, a pressão de uma cultura estranha, com os seus valores e crenças religiosas diferentes, e a imposição de formas novas de organização social, significaram o colapso das formas de vida tradicionais e a ruptura da civilização nativa.

Os benefícios recebidos foram em grande parte subprodutos acidentais de medidas tomadas para benefício dos colonizadores, pois as medidas de saúde pública foram instituídas, principalmente nas cidades, onde a concentração de europeus era maior,

e as estradas e caminhos de ferro construíram-se para que as tropas se movimentassem mais depressa e para que os produtos pudessem vir do interior mais rapidamente para serem exportados. As colónias foram grandes fontes de lucro e de poder para as nações que as controlavam. Forneceram matérias-primas em abundância e a preços baixos, e mercados protegidos para bens manufacturados. Deram mão-de-obra barata para empresas na respectiva colónia e mesmo tropas para utilização fora delas. Foram também utilizadas para fins militares e estratégicos (i.e., Gibraltar, Singapura, Suez, Panamá, etc.). A contribuição de alguma para o poder da nação dominadora foi e é ainda óbvia^[45].

“A chave da relação colonial é o facto de ter sido uma relação entre superiores e inferiores. Foi, essencialmente, uma relação de exploração. A inferioridade da colónia é mais óbvia no âmbito político, mas estende-se também às esferas económica e social. (...) Sem ela, o colonialismo não poderia provavelmente ter existido, pois não se pode manter em subjugação e exploração permanentes quem se considera como igual”^[46].

No início do século XX, a Europa ainda não se tinha apercebido das consequências longínquas deste progresso, gerador de igualdade e de revolta. Estava segura do seu domínio e orgulhosa da sua missão civilizadora. O seu “bardo” – Rudyard Kipling – torna famoso “o fardo do homem branco” que, *“tal como Atlas, transporta o mundo sobre os seus ombros invencíveis”^[47]*. Esta afirmação não passa, contudo, de uma justificação moral, uma das fantasias favoritas do imperialismo.

A paz subsequente à II Guerra Mundial teve expressão formal na Carta das Nações Unidas, tendo sido proclamado o princípio da autodeterminação dos povos. Um dos passos primordiais para solidificar a autodeterminação conseguida era alcançar a independência económica. Porém, durante a “guerra fria”, a URSS continuou a praticar o imperialismo tradicional sobre as novas nações da Ásia Central e algumas da Europa Oriental, enquanto outros países, como os EUA, passaram a adoptar formas mais subtis de imperialismo com uma vertente predominantemente económica, através do controlo dos mercados de bens e matérias-primas em largas porções da América Central e do Sul e várias regiões da Ásia (Médio Oriente, Taiwan, Coreia do Sul, etc.).

Os EUA, ao mesmo tempo que defendem ostensivamente valores democráticos e igualitários, desenvolvem uma política de defesa dos seus interesses através da pressão económica, cultural e, por vezes, militar, directa ou indirecta. O colonialismo desapareceu com o domínio político, mas ficou um capitalismo de influências e de proteccionismo, a ideia de fortes e fracos, dentro de todos os campos ideológicos^[48]. O domínio imperial territorial, levado a cabo por militares, foi substituído por um outro, executado por executivos de fato e gravata. Aos países pobres foram concedidos os adornos da soberania, enquanto o capital ocidental retém o controlo dos recursos rentáveis. A esta relação chama-se “neo-colonialismo” e “neo-imperialismo”^[49].

No neo-colonialismo, um país pode conceder a independência a outro, continuando a controlá-lo através da dominação económica. Esta forma de colonialismo traduz a crescente dependência dos países “em vias de desenvolvimento” (ex-Terceiro Mundo) face à expansão dos países mais desenvolvidos de economia capitalista para novos mercados. As principais decisões respeitantes à economia daqueles são tomadas por nações mais desenvolvidas, originando uma deterioração dos termos de troca. Uma parte substancial do produto nacional dos países subdesenvolvidos destina-se ao pagamento de juros das dívidas externas acumuladas. Apesar de ter uma feição predominantemente económica, o neocolonialismo pode assumir cumulativamente a forma de domínio tecnológico, científico ou cultural^[50].

Ora, era inevitável que, imediatamente após a independência, o antigo colonizador continuasse a ter forte influência na sua ex-colónia. Os novos canais de controlo eram mais económicos e sociais do que políticos, mas eram importantes de qualquer modo. Resultavam do facto que a nova nação não estava ainda em posição de gerir a complexa máquina de modernizar a economia. Necessitava, primeiro que tudo, de técnicos qualificados. Depois, precisava de capital e da educação política de uma elite. O ex-colonizador estava em óptima posição para continuar a fornecer as necessidades – por um preço!... Tinha já um investimento substancial no novo país e queria salvar o que pudesse através do controlo económico^[51].

Os países saídos dos processos de descolonização posteriores à II Guerra Mundial ficaram assim prisioneiros de um conjunto de circunstâncias que as colocou num ciclo vicioso de pobreza e numa situação de sistemática dependência externa. Tal

não tinha sucedido com os países que se tinham tornado independentes após as revoluções americana e francesa, que mantiveram a continuidade das elites e dos circuitos económicos^[52].

Aquilo a que se chama “subdesenvolvimento” é um conjunto de relações sociais que foi imposto à força a esses países. A maior parte dos países não é “subdesenvolvido”, mas sim “sobre-explorado”. A sua riqueza é transferida para a Europa ou para a América do Norte por saque directo, pela expropriação dos recursos naturais, pela imposição de taxas e rendas ruinosas, pelo pagamento de salários miseráveis e pela importação forçada de bens manufacturados a preços elevados. Ao país colonizado é negada a liberdade de comércio e a oportunidade de desenvolver os seus recursos naturais, mercados e capacidade industrial.

A teoria dominante do último meio século, enunciada repetidamente, afirma que as nações ricas do Norte ajudam a “desenvolver” as nações retrógradas do Sul, fornecendo-lhes tecnologia e ensinando-lhes hábitos de trabalho correctos. Esta “teoria do desenvolvimento” ou “da modernização” é uma versão actualizada do “fardo do homem branco” de Kipling, que tem pouco a ver com a realidade. Os investidores vão para um país não para desenvolver, mas para enriquecer.

Com a implosão da ex-URSS, o debate contemporâneo centra-se no tema da globalização. Este fenómeno pode facilmente ser visto como um aspecto do neo-imperialismo, partilhando com este a característica da assimetria^[53].

Luís Leitão Tomé define globalização como “*o processo de diluição das fronteiras tradicionais, de aumento das interdependências e das interacções, o acréscimo de intercâmbios transnacionais e a intensificação dos processos e das actividades que fazem do mundo cada vez mais um único lugar*”^[54].

É inegável que a globalização, cujos motores dos seus processos económicos e financeiros são as nações industrializadas, levou a um desenvolvimento económico e social desigual, beneficiando principalmente o núcleo capitalista. No domínio cultural, a globalização tem um grande potencial destrutivo: reduz as culturas individuais a um denominador comum e padroniza identidades. O imperialismo cultural representa uma tentativa de influenciar a mente humana e revela-se “*como um instrumento para alterar as relações de poder entre duas nações*”^[55]. Os progressos nas tecnologias dos “*media*”, da informação e das comunicações

facilitaram o desenvolvimento de uma consciencialização global, mas fizeram também acentuar as diferenças de desenvolvimento entre as várias regiões do globo. Este avanço científico e tecnológico não foi acompanhado pelo respectivo avanço no comportamento moral e comportamental, quer do indivíduo quer da sociedade.

A globalização, cuja tese fundamental, baseada nas ideias do economista norte-americano Milton Friedman, é que o mercado é bom e as intervenções do Estado são más, é inequivocamente uma extensão e um acelerador do processo de transnacionalização, que contribui significativamente para a erosão das competências tradicionais do Estado soberano. Pouco a pouco, no mundo inteiro, os governos vão perdendo a faculdade de intervirem na evolução da sua própria nação. Enquanto o fluxo de mercadorias e do capital ficou disponível no mundo inteiro, a regulamentação e a supervisão permaneceram uma questão nacional. A economia devorou a política.

Em suma, o que temos é uma economia à escala mundial que pouco tem a ver com as necessidades económicas dos povos.

Ora, se isto é verdade para a maioria dos Estados, sê-lo-á certamente com mais acuidade para os países “em vias de desenvolvimento”, saídos do processo de descolonização, na segunda metade do século XX.

6. Conclusão

Do atrás exposto, pode concluir-se que a primeira forma de imperialismo foi motivada essencialmente pela glória da conquista e que as “colónias” da Antiguidade eram pouco mais do que extensões emigradas da terra-mãe sem outros objectivos que não fossem a manutenção dos laços culturais. Ainda hoje é assim nas diásporas emigradas.

As conquistas científicas e tecnológicas dos europeus no século XV possibilitaram a exploração de novos continentes e, com ela, a divulgação da sua fé religiosa, o controlo de populações cultural e etnicamente diferentes, e o comércio de produtos e matérias-primas ali existentes, iniciando assim um novo tipo de colonização.

Com o advento da Revolução Industrial e das suas consequências, nomeadamente, a económica e, posteriormente, a luta pela hegemonia política, o colonialismo e o imperialismo interpenetram-se e confundem-se, levando ao domínio político, económico e cultural dos territórios conquistados, exercido por uma minoria oriunda das potências colonizadoras, tendo atingido o zénite imediatamente antes da I Guerra Mundial.

Com o fim da II Guerra Mundial, a Carta das Nações Unidas consagrou o princípio da autodeterminação dos povos, iniciando o processo de independência política das ex-colónias europeias, quedando-se os novos países, contudo, dependentes da lógica económica das ex-potências e participando num jogo de equilíbrio de poder e influência política que não desejavam.

Deste modo, o colonialismo clássico extinguiu-se, mas novas formas ocuparam o seu lugar. As nações que alcançaram a independência política não são necessariamente livres. As independências políticas foram apenas formais, subsistindo formas mais subtis de controlo e de subjugação.

A vitória do capitalismo liberal, em 1989, originou um avanço exponencial da globalização da economia e da tecnologia de comunicação, agravando ainda mais o ciclo vicioso de dependência dos países ditos “em vias de desenvolvimento” e alargando o fosso entre países ricos e pobres.

A dependência económica, existente desde há muito, estava, até recentemente, escondida pela dependência política colonial clássica e tradicional. Uma nação nominalmente independente está dependente economicamente quando as suas empresas económicas mais importantes são controladas por um país estrangeiro. Oficialmente, o seu governo toma as decisões no interesse nacional. Praticamente, contudo, se estrangeiros controlam as maiores concentrações de poder económico, terão certamente uma influência poderosa nas decisões do governo, e este é realmente o caso^[56].

A globalização está a realçar uma linha de fractura profunda entre grupos que têm competências e mobilidade para progredirem em mercados globais e aqueles que as não possuem. Vive-se o começo de uma época onde são evidentes a expansão e a prosperidade mas, ao mesmo tempo, também a pobreza, a destruição ecológica e a

degenerescência cultural que caracterizam a vida quotidiana da maior parte da humanidade, pois o fosso entre países ricos e países pobres aumentou. O neoliberalismo veio agravar ainda mais este problema.

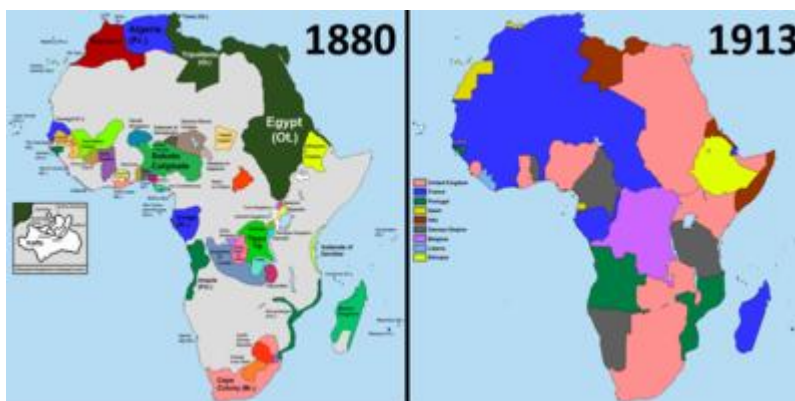
O colonialismo e o imperialismo não se desvaneceram com a quebra dos laços políticos entre colonizados e colonizadores. As novas nações continuam presas na rede da dependência económica e financeira que constitui o núcleo central daqueles dois conceitos e que dificulta seriamente o seu desenvolvimento, não se antevendo uma saída para esta ordem internacional no médio prazo.

2- A PARTILHA DO CONTINENTE AFRICANO NO FINAL DO SÉCULO XIX: A PRESENÇA DOS EUROPEUS NA E PERANTE A ÁFRICA

A Partilha de África (pt) ou Partilha da África (pt-BR), também conhecida como a Corrida a África ou ainda Disputa pela África, foi a proliferação de reivindicações europeias conflitantes ao território africano durante o período do neoimperialismo, entre a década de 1880 e a Primeira Guerra Mundial em 1914. Envolveu principalmente a França e o Reino Unido, mas também a Itália, Bélgica, Alemanha, Portugal, Espanha e, com menos intensidade, os Estados Unidos. Este participou da fundação da Libéria.[1]

A segunda metade do século XIX, em torno do ano 1880, assistiu à transição do "imperialismo informal", que exercia o controle através da influência militar e da dominação econômica para um domínio mais direto. As pretensões de mediar a concorrência imperial, tal como a Conferência de Berlim (1884 - 1885), entre o Reino Unido, França e Alemanha não pôde estabelecer definitivamente as reivindicações de cada uma das potências envolvidas. Essa disputa pela África esteve entre os principais fatores que deram origem à Primeira Guerra Mundial.

Abertura do continente



Comparação da divisão política do Continente Africano em 1880 e 1913

A abertura da África à exploração ocidental havia começado no final do século XVIII. Até 1835, os europeus já haviam traçado mapas da parte do noroeste africano. Entre os exploradores europeus mais famosos estavam David Livingstone, quem traçou os planos do vasto interior, e Alexandre Serpa Pinto, quem a cruzou numa complicada expedição e traçou mapas de seu interior. Árduas expedições nas décadas de 1850 e 1860 por Richard Burton, John Hanning Speke e James Augustus Grant descobriram os grandes lagos centrais e a nascente do Rio Nilo. No final do século, os europeus haviam cartografado o Nilo desde seu nascimento, o percurso do Rio Niger, e o traçado dos rios Congo e Zambeze.

De qualquer maneira, logo no início dos conflitos pela posse da África, as nações ocidentais controlavam apenas 10% do continente. Em 1875 os territórios mais importantes tanto pela sua extensão quanto pela sua riqueza eram Argélia, sob domínio francês; Colônia do Cabo, controlado pelo Reino Unido e Angola, que estava sob o português.

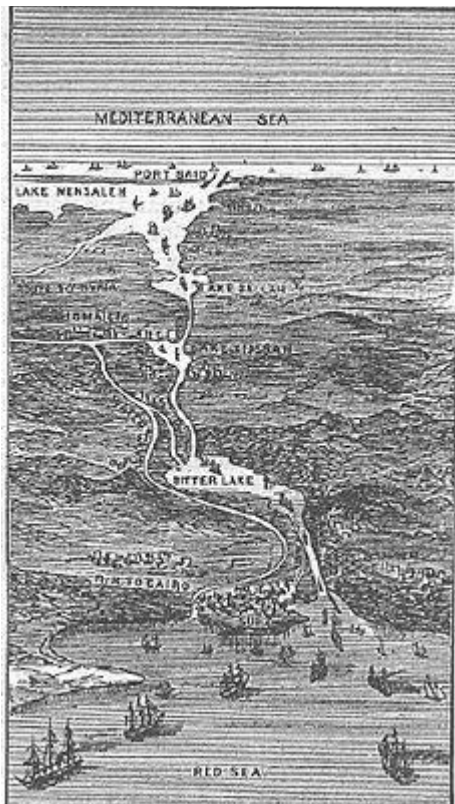
Os avanços tecnológicos facilitaram a expansão de grandes distâncias. A industrialização provocou avanços significativos nos transportes e comunicações, especialmente na utilização de Vapores, ferrovias e telégrafos. Os avanços médicos também foram de grande importância, em especial, a descoberta da cura para as enfermidades tropicais. O desenvolvimento da quinina, um tratamento efetivo contra a malária, permitiu que a vasta região tropical pudesse ser acessível aos europeus.

África e os mercados globais



David Livingstone foi um dos primeiros europeus a explorar o interior da África

A África subsaariana, uma das últimas regiões do mundo ainda não afetada pelo "Imperialismo Formal" e a "civilização" tornou-se uma região atrativa para as potências europeias por razões econômicas e raciais. Durante uma época em que a balança comercial da Grã-Bretanha mostrava um déficit em seu crescimento, com os mercados continentais se encolhendo e, cada vez mais protecionistas devido a Grande Depressão, entre os anos de 1815/ e 1817, a África oferecia ao Reino Unido, Alemanha, França, entre outros países, um mercado aberto no qual se aproveitava o grande excedente de produção e um mercado que importa mais da metrópole do que exporta.



Esboço do Canal de Suez realizado em 1881. O Canal era uma das grandes ambições europeias para ampliar seus mercados à nível global

Devido ao fato de o Reino Unido ter se desenvolvido como a nação mais importante da sociedade pós-industrial, os serviços se transformaram num setor da economia britânica. As exportações financeiras mantinham a economia do Reino Unido em pé, especialmente os investimentos de capital fora da Europa. Particularmente para o

desenvolvimento de mercados abertos na África (predominantemente em assentamentos coloniais), Oriente Médio, sul e sudeste da Ásia e Oceania.[2]

Além disso, o capital excedente era em geral mais rentável que investir no exterior, onde a mão-de-obra barata, competência limitada e matérias-primas abundantes desencadearam a grande exploração do continente africano. Outro atrativo para o Imperialismo foi a demanda por recursos não disponíveis e/ou escassos da Europa, - recursos dos quais os consumidores europeus já haviam se acostumado, e, a indústria do Velho Mundo se tornara novamente dependente.

De qualquer maneira, na África - exceto na região da atual União Sul-Africana em 1909 - a quantidade de capital investido pelos europeus eram relativamente baixa, comparado com outros países, antes e mesmo após a Conferência de Berlim. Consequentemente, as companhias envolvidas no comércio tropical africano eram relativamente poucas, à parte da Companhia Mineradora de Beers de Cecil Rhodes. Essas observações podem diminuir o valor dos argumentos pró Imperialistas de alguns Grupos de pressão coloniais como "Alldentscher Verband", ou como Francesco Crispi ou Jules Ferry, que afirmavam que alguns mercados protegidos na África resolveriam os problemas dos preços baixos e da superprodução, causados pelos mercados continentais em diminuição. Contudo, de acordo com a clássica tese de John A. Hobson, exposta em sua obra Imperialismo de 1902, que influenciaria em autores tais como Lenin, León Trotsky e Hannah Arendt. Esta diminuição nos mercados Continentais foi um fator chave para o novo período Neoimperialista à nível global. Historiadores posteriores haviam notado que tais estatísticas só anularam o fato de que o controle formal da África tropical tinha grande valor estratégico numa era de rivalidades imperiais, enquanto isso o Canal de Suez havia permanecido como uma localização estratégica. A Febre do ouro de Witwatersrand de 1886, que levou à fundação de Johannesburg e foi um fator importante na Segunda Guerra dos Bôeres em 1889.,[3] contou com a "conjunção do supérfluo dinheiro e da supérflua mão-de-obra que se deram as mãos entre si para abandonar, juntos, o país", que é por si só, de acordo com Hanna Arendt, o novo elemento da era imperialista.



Almirante Alfred von Tirpitz

Enquanto que a África tropical não era uma região de grandes investimentos, o vasto interior entre a África do Sul, rica em ouro e diamantes, e o Egito tinham, contudo, um alto valor estratégico, importante para assegurar o fluxo do comércio exterior. O Reino Unido estava sob uma intensa pressão política, especialmente devido aos partidários do Partido Conservador para proteger os mercados lucrativos na Índia britânica, Dinastia Qing (China) e América Latina dos rivais usurpadores. Desta forma, proteger a importante via marítima entre o leste e oeste - O Canal de Suez - era crucial. A rivalidade entre o Reino Unido, França, Alemanha, entre outras potências europeias esteve presente na maior parte do período da colonização.[2]

Desse modo, enquanto a Alemanha, que havia sido unificada sob o domínio da Prússia após a Batalha de Sadowa em 1866 e a Guerra franco-prussiana em 1870, dificilmente seria uma potência colonial antes do período do Neoimperialismo e, participaria das disputas. Tornou-se uma potência industrial em crescimento que incomodava o Reino Unido, porém não havia tido a oportunidade de controlar territórios extracontinentais, principalmente devido ao fato de ter a sua unificação tardia, uma fragmentação em vários estados e uma falta de experiência na Navegação moderna. Fator que mudaria sob a liderança de Otto Von Bismarck, quem implementou a "Weltpolitik" (política mundial) e, após de coordenar

as bases de isolamento da França com a aliança entre a Alemanha e o Império Austro-Húngaro e mais tarde com a Tríplice Aliança com Itália exigiu a Conferência de Berlim, a qual fixou as regras para um maior controle efetivo dos territórios estrangeiros. O expansionismo alemão conduziria ao Plano Tirpitz, implementado pelo Almirante von Tirpitz, quem também defendeu os decretos de flota em 1898, atrativo numa luta armada com o Reino Unido. Em 1914, os decretos haviam dado à Alemanha a segunda maior força naval do mundo, aproximadamente 40% menor que a frota da Marinha Real Britânica. De acordo com Tirpitz, essa agressiva política naval estava respaldada mais pelo Partido Nacional Liberal da Alemanha do que pelos conservadores, demonstrando que as principais sustentações do imperialismo das nações europeias eram a burguesia.

A Weltpolitik de Bismarck



Otto von Bismarck personagem importante na disputa pela África

A Alemanha iniciou sua expansão mundial na segunda metade do século XIX sob a liderança de Bismarck,[4] este, encorajado pela burguesia nacional. Alguns deles, dizendo ser do pensamento de Friedrich List, defenderam a expansão nas Filipinas e no Timor; outros decidiram se estabelecer em Formosa (atual Taiwan), etc. Ao final da década de 1870, estas vozes isoladas começaram a ser reveladas por uma verdadeira política imperialista, conhecida como Weltpolitik, que foi ressaltada pela tese mercantilista. Em 1881, Wilhelm Hübbe Schleiden, um advogado,

publicou "Deutsche Kolonisation", na qual dizia que "o fomento de uma consciência nacional demandava uma política exterior independente. O Pangermanismo foi assim ligado às jovens companhias imperialistas da nação. Nos primórdios do ano 1880, o "Deutscher Kolonialverein" foi criado e teve sua própria revista em 1884, a "Kolonialzeitung". Esse grupo colonial também foi revelado pelo grupo nacionalista "Alldeutscher Verband".[4]

Assim, a Alemanha se transforma na terceira potência colonial na África, adquirindo um império de 2,6 milhões de quilômetros quadrados e 14 milhões de habitantes, principalmente em suas possessões africanas, como a Sudoeste Africano Alemão, Togolândia, Camarões alemães e Tanganica.[2] A disputa pela África levou Bismarck a propor a Conferência de Berlim, que se realizou entre 1884 e 1885. Depois do Entente cordiale de 1904 entre França e Reino Unido, a Alemanha tentou isolar a França em 1905, com a Primeira Crise do Marrocos. Isto levou à Conferência de Algeciras, na qual a influência da França sobre o Marrocos foi recompensada pela troca de outros territórios e em seguida a Crise de Agadir ou Segunda Crise do Marrocos em 1911. Junto com o Incidente de Fachoda de 1898 entre França e Reino Unido, esta sucessão de crises internacionais prova a amargura da luta entre os diferentes impérios, fato que culminou na Primeira Guerra Mundial.

O conflito de imperialismos rivais

Enquanto Pierre de Brazza estava explorando o Reino do Congo para a França, Henry Stanley também o explorou durante o início de 1880 em nome de Leopoldo II da Bélgica, quem conquistaria seu próprio Estado livre do Congo. Ao pretender defender o humanitarismo e denunciar a escravidão, Leopoldo II usou das táticas mais desumanas para explorar suas conquistas recentes. Seus crimes foram descobertos em 1905, porém permaneceu sob as autoridades até 1908, quando foi obrigado a ceder o controle para o governo belga..

A França ocupou a Tunísia em maio de 1881 e Guiné em 1884, que em parte convenceu a Itália para se unir em 1882 à Aliança Dual entre a Alemanha e o Império Austro-húngaro, formando assim a Tríplice Aliança. No mesmo ano,

o Reino Unido ocupou o Egito Otomano, que dominava o Sudão e parte da Somália.[2]

Em 1870 e 1882, Itália tomou posse das primeiras partes de Eritreia, enquanto que a Alemanha declarou Togolândia, Camarões e Sudoeste Africano Alemão sob seu domínio em 1884. A África Ocidental Francesa foi fundada em 1895, e a África Equatorial Francesa em 1910.

Após a derrota na Primeira Guerra Ítalo-Etíope, a Itália adquiriu a Somalilândia em 1899 e toda a Eritreia no mesmo ano. Em 1911, se envolveu em uma guerra Contra o Império Otomano, na qual adquiriu Tripolitânia e Cirenaica (atual Líbia). Enrico Corradini, quem financiou a maior parte da guerra e, mais tarde uniu seu grupo ao jovem Partido Nacional Fascista, desenvolveu em 1919 o conceito de Nacionalismo Proletário, imaginou legitimar o imperialismo da Itália com uma surpreendente mistura de Socialismo e Nacionalismo, segundo dizia: "Devemos começar por reconhecer o que há tanto nações cujas condições de vida estão sujeitos ao modo de vida de outras nações. Uma vez que isto é compreendido, o nacionalismo deve insistir firmemente nesta verdade. A Itália é, materialmente e moralmente uma nação proletária[1][2] A invasão da Etiópia em 1935 e 1936, ordenada por Benito Mussolini, seria na realidade uma das últimas guerras de colonização, ocupando a Etiópia durante cinco anos, que havia permanecido como o último território independente da África. A Guerra Civil Espanhola, para alguns é o início da Guerra Civil Europeia.

Por outro lado, os britânicos abandonaram seu isolamento em 1902 com a Aliança Anglo-Japonesa, que permitiu ao Império do Japão sair vitorioso na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). O Reino Unido firmou então o Entente Cordiale com a França em 1904 e em 1907 a Tríplice Entente, que incluía a Rússia que se opôs à Tríplice Aliança que Bismarck havia formado tão pacientemente.

A Sociedade Americana de Colonização e a fundação da Libéria[editar | editar código-fonte]

A Sociedade Americana de Colonização, lançada em 1816 por Robert Finley, oferecia a emigração para a Libéria, uma colônia fundada em 1820 a alguns

escravos emancipados; o escravo emancipado Lott Carey transformou-se no primeiro missionário americano na África. Esta tentativa de colonização foi resistida pelo povo nativo da região.

Liderados pelos sulistas dos Estados Unidos, o primeiro presidente da Sociedade Americana de Colonização foi James Monroe da Virgínia, que seria depois o quinto presidente dos Estados Unidos de 1817 a 1825. Desta forma, um dos principais partidários da colonização na África foi o mesmo homem que proclamou, em seu "Discurso de Estado e União" de 1823, a opinião de que as potências europeias já não deveriam colonizar as Américas ou interferir nos assuntos relacionados às nações soberanas na América. Em troca, os Estados Unidos da América planejavam manter-se neutros nas guerras entre as potências europeias e/ou em guerras entre uma potência e sua colônia. Em contrapartida, caso essas guerras ocorressem nas Américas, os EUA veriam tal ação como hostil e tomariam uma atitude. Esse famoso estatuto é conhecido como Doutrina Monroe e foi a base de neutralidade dos EUA durante o século XIX.

Assim, Jehudi Ashmun, um dos primeiros líderes da ACS, visualizou um Império Americano na África. Entre os anos 1825 e 1826, fez o possível para arrendar, anexar e/ou comprar terras tribais em torno da costa e perto de importantes rios que conduzem ao interior africano. Igualmente que seu predecessor, o tenente Robert F. Stockton, em 1821 estabeleceu um lugar para a Monróvia persuadindo a um chefe local, a quem se referia como "Rei Peter", para vender o Cabo Mesurado apontando uma pistola em sua cabeça, Ashmun estava preparado para usar a força para estender o território de sua colônia. Em um tratado de maio de 1825, o "Rei Peter" e outros reis nativos concordaram em vender as terras. Em março de 1825 a ACS iniciou uma publicação trimestral da "revista colonial do repositório africano". Ralph Randolph Gurley, foi quem encabeçou a sociedade até 1844. Concebido como órgão primordial da sociedade, o *Conceived as the Society's propagand organ*, o repositório prometeu tanto a colonização quanto a Libéria.

A sociedade controlou a colônia da Libéria até 1847 quando os britânicos se anexaram no assentamento, a Libéria foi proclamada um estado livre e independente, transformando-se assim com a primeira nação africana

descolonizada. Em 1867, a sociedade havia mandado mais de 13 mil emigrantes. Depois da Guerra Civil Americana (1861-1865), quando as pessoas tentaram ir à Libéria, o suporte financeiro para a colonização havia diminuído. Durante seus últimos anos, a sociedade se focou em projetos educacionais e missionários na Libéria mais do que na emigração.

Sucessão de crises prévias à Primeira Guerra Mundial

A colonização do Congo



A exploração de Henry Stanley no Congo foi muito importante para o rei Leopoldo II da Bélgica.[8]



Pierre Savorgnan de Brazza reclamou a região do Congo à França

As explorações de David Livingstone, continuadas por Henry Morton Stanley,[8] excitaram a imaginação dos europeus, porém à princípio, as ostentosas ideias de colonização de Stanley encontraram pouco apoio devido aos problemas técnicos e a escala de ação requerida, exceto por Leopoldo II da Bélgica, quem em 1876 havia organizado a Associação Internacional Africana. De 1879 a 1884 Stanley foi enviado secretamente por Leopoldo para a região do Congo, onde fez acordos com vários chefes africanos locais ao longo do Rio Congo até que em 1882, havia

conseguido um território suficiente para formar as bases do Estado Livre do Congo. Leopoldo II tornou-se proprietário oficial da colônia em 1885 e a explorou com a extração de marfim e borracha. Em uma série de reuniões em Berlim de 1885 foi acordado que esta região seria abolida o tráfico negreiro, seria garantido o livre-trânsito no estuário da bacia do Rio Congo e que seria declarada militarmente neutra, sendo que esta parte do acordo foi cumprida somente até a Primeira Guerra Mundial.[9]

Enquanto Stanley estava explorando o Congo em nome de Leopoldo, o oficial franco-italiano da marinha francesa, Pierre de Brazza viajou até o vale do Congo ocidental e levantou a bandeira francesa sobre a recém fundada Brazzaville em 1881, ocupando assim a região da atual República do Congo. Portugal que também reclamou a área, devido à antigos tratados com o Reino do Congo, fez um tratado com o Reino Unido em 26 de fevereiro]] de 1884 para bloquear da sociedade do congo ao Atlântico.

Em 1890 o Estado Livre do Congo havia consolidado o controle do território entre Quinxassa e Quisangani, ao mesmo tempo que a Companhia Britânica da África do Sul de Cecil Rhodes estava expandindo até o norte do Rio Limpopo.[10] e, a atenção se centrava onde suas expansões se encontravam, Catanga, local do Reino leque de Msiri. Além de possuir a força militar mais potente da região, Msiri comercializa grandes quantidades de Cobre, marfim e escravos e rumores de que havia ouro chegaram rapidamente aos ouvidos dos europeus. A disputa por Catanga foi um perfeito exemplo do período. Rhodes e a Companhia Britânica da África do Sul mandaram duas expedições à Msiri em 1890 sob o comando de Alfred Sharpe, que foi desprezado, e Joseph Thomsom, quem não conseguiu chegar a Catanga. Em 1891 Leopoldo mandou quatro expedições: "Le Marinel" da qual só se pode obter uma carta; "Delcommune" foi desairada; a expedição bem armada "Stairs" tinha ordens para tomar Catanga com ou sem o consentimento de Msiri, o acesso foi negado e ele, foi fuzilado, decapitado e sua cabeça foi cravada num poste como forma de intimidação da população, uma "lição barbárica"; e a expedição "Bia" que tinha como missão estabelecer uma administração e uma presença policial em Catanga.

O meio milhão de quilômetro quadrado de Catanga entraram nas posses de Leopoldo II e formou parte do reino africano de mais de 2.300.000 quilômetros quadrados, cerca de 75 vezes a área da Bélgica. O Estado Livre do Congo impôs um regime de terror no povo colonizado, incluindo assassinatos em massa com milhares de vítimas, e trabalho escravo, que Bélgica, sob pressão da Associação da Reforma do Congo, terminou o mandato de Leopoldo II e a anexou como uma colônia em 1908, território conhecido como Congo Belga..[8]

O Canal de Suez

Ferdinand de Lesseps havia obtido concessões de Ismail Paxá, o líder do Egito, entre os anos de 1854 e 1856, para construir o Canal de Suez. Algumas fontes estimam a força de trabalho de 30 mil trabalhadores, porém outros estimam que até 120 mil trabalhadores morreram durante os dez anos de construção, devido à desnutrição, fadiga, entre outras enfermidades como a Cólera. Pouco após seu término em 1869, Ismail Paxá tomou empréstimos de grandes quantias de dinheiro de banqueiros franceses e ingleses com altas taxas de juros. Em 1875, ele estava enfrentando dificuldades financeiras e foi obrigado a vender sua parte no canal. Essas partes foram divididas pelo primeiro-ministro britânico Benjamin Disraeli, que buscou dar ao seu país controle prático no manejo desta estratégica via marítima. Quando Ismail Paxá se negou a reconhecer a dívida externa do Egito, França e Reino Unido assumiram o controle financeiro conjunto do país, forçando ao mandatário egípcio a abdicar. As classes governantes egípcias aceitaram com agrado a intervenção estrangeira. A Revolta de Urabi se desencadeou contra o Quediva e a influência europeia em 1882, um ano após a "Revolta Madista". Maomé Amade, que se autoproclamou o Mádi, liderou a rebelião e foi reprimido por Horatio Herbert Kitchener em 1898. O Reino Unido a partir de então assumiu o controle administrativo do Egito.

A Conferência de Berlim

A ocupação do Egito e a aquisição do Congo foram os primeiros acontecimentos importantes do que se transformaria em uma disputa precipitada pelo território

africano. Em 1884, Bismarck convocou a Conferência de Berlim[4] para discutir os problemas relacionados à África. Os diplomáticos se mascararam com uma fachada humanitária condenando o tráfico de escravos, proibindo a venda de bebidas alcoólicas e armas de fogo em certas regiões e expressando sua preocupação pelas atividades missionárias. Os diplomatas em Berlim estabeleceram as regras de carácter que guiava as potências europeias em busca de novas colônias. Também concordaram que a área em torno do Rio Congo seria administrada por Leopoldo II da Bélgica como uma área neutra, conhecida como o Estado Livre do Congo, na qual o comércio e a navegação seriam liberados. Nenhuma nação reclamaria nenhum território africano sem antes ter notificado suas intenções aos demais países envolvidos e nenhum território deveria ser reclamado sem antes ser ocupado. Contudo, os países na prática ignoravam tais regras.

Ocupação britânica do Egito e África do Sul



Mulher e criança num campo de concentração durante a Segunda Guerra dos Bôeres (1899-1902)

As ocupações no Egito e na Colônia do Cabo por parte do Reino Unido contribuíram para a preocupação de se preservar a nascente do Rio Nilo. O Egito foi ocupado pelas forças britânicas em 1882[11] (mesmo que não havia sido declarado formalmente um protetorado até 1914, e nunca foi uma colônia); Sudão, Nigéria, Quênia e Uganda foram subjugados na década de 1890 e no início da década de 1900; e no sul, a colônia do cabo, adquirida em 1795, proveu a base para a subjugação dos estados africanos vizinhos e os povoados holandeses

que haviam abandonado o Cabo para evitar os britânicos e mais tarde fundariam suas próprias repúblicas. Em 1877, Theophilus Shepstone anexou a República Sul Africana aos domínios britânicos. O Reino Unido consolidou seu poder sobre a maioria das colônias da África do Sul em 1879 depois da Guerra Anglo-Zulu. Os bôeres protestaram e em Dezembro de 1880 se revoltaram, fato que levou à Primeira Guerra dos Bôeres (1880-1902). O primeiro-ministro inglês William Ewart Gladstone assinou um tratado de paz em 23 de março]] de 1881, outorgando-lhes um governo livre. A Segunda Guerra dos Bôeres decorreu de 1899 a 1902; as repúblicas independentes do Estado Livre de Orange e a República Sul Africana foram derrotadas e anexadas ao Império Britânico.[11]

Incidente de Fachoda



O projeto da ferrovia do Cairo à Cidade do Cabo de Cecil Rhodes. Fundador da De Beers, uma das primeiras companhias de diamantes, Rhodes era também dono da Companhia Sul-africana. Ele fez a seguinte declaração: "todas estas estrelas... estes vastos mundos que se mantiveram fora de alcance. Se pudesse, anexaria outros planetas".

O Incidente de Fachoda de 1898 foi um dos conflitos cruciais para que a Europa consolidasse suas possessões no continente africano. Levou ao Reino Unido e França à margem de uma guerra porém culminou em uma grande vitória

estratégica para o Reino Unido, e dispôs as bases para o "Entente cordiale" de 1904 entre as nações rivais. O conflito surgiu de algumas batalhas sobre o controle de certas regiões no Nilo, o que aconteceu foi que Reino Unido se expandiu até o Sudão.

O avanço francês até o interior da África foi principalmente desde a África Ocidental até o leste, através do Sahel, em torno da borda sul do Saara, um território que atualmente engloba Senegal, Mali, Níger e Chade. Seu principal objetivo era possuir uma união ininterrupta entre o Rio Níger e o Nilo, controlando desta forma todo o comércio da região de Sahel, em virtude do existente controle sobre os caminhos das caravanas que atravessavam o Saara. Os britânicos por outro lado, queriam unir suas possessões na África Austral (atuais África do Sul, Botsuana, Zimbábue, Lesoto, Zâmbia e Essuatíni) com seus territórios em África Oriental (atual Quênia) e essas duas com o nascimento no Nilo. O Sudão era a chave para a realização destas ambições, especialmente desde que o Egito esteve sob o controle britânico. Esta "linha vermelha" através da África foi o feito mais famoso de Cecil Rhodes. Junto com Lord Milner, o (ministro colonial britânico na África do Sul), Rhodes defendeu tal império de "Cabo a Cairo" unindo com vias férreas o Canal de Suez com a parte rica em minerais do sul do continente. Enquanto que impedido pela ocupação alemã de Tanganica até o final da Primeira Guerra Mundial, Rhodes exerceu pressão com êxito em nome do império.

Se se desenhar uma linha desde a Cidade do Cabo até ao Cairo, e uma de Dacar até ao Corno de África, essas duas linhas de interseccionariam em alguma parte do leste do Sudão perto de Fachoda, explicando assim sua importância estratégica.[13] O Reino Unido havia buscado estender seu império da África Oriental continuamente do Cairo ao Cabo da Boa Esperança, enquanto que França buscava estender suas próprias possessões de Dacar até o Sudão, ao que permitiria seu império acessar desde o Oceano Atlântico até o Mar Vermelho.

Um exército sob o comando de Jean-Baptiste Marchand chegou primeiro ao forte estrategicamente localizado em Fachoda, seguidos muito de perto pelo batalhão britânico comandado por Horatio Kitchener, comandante e chefe da armada britânica desde 1892. Os franceses se retiraram após um empate, e continuaram

pressionando os reclamos de outros postos da região. Em março de 1899 os franceses e britânicos concordaram que os nascimentos dos rios Nilo e Congo marcaram a fronteira de seus domínios.

REFERÊNCIAS

https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_%C3%81frica>acesso em 18/05/2020

<https://www.revistamilitar.pt/artigo/1015>>acesso em 18/05/2020

https://pt.wikipedia.org/wiki/Partilha_de_%C3%81frica>acesso em 18/05/2020